

**Nº 17 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 7 de Agosto
de 2008. -----**

Aos sete dias do mês de Agosto do ano dois mil e oito, nesta cidade de Chaves, no "Sala Nadir Afonso" do Edifício dos Duques de Bragança, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores, Sra. Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Dr. Luís Manuel Areias Fontes, Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues e Sra. Dr.^a Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Director de Departamento de Administração Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de quatro de Agosto do corrente ano. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DO VEREADOR, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. ---
O Vereador, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, não esteve presente na reunião ordinária do executivo camarário, em virtude de se encontrar no gozo do seu período de férias. -----

**II - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A
ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----**

O Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo Municipal que, juntamente com o Arq. António Cabeleira e o Arq. Rodrigo Moreira, deslocou-se à cidade do Porto, no pretérito dia 30 de Julho, afim de participar na cerimonia pública de apresentação dos oito projectos de Regeneração Urbana aprovados no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte - Operação Norte 2 (ON.2), entre os quais se encontrava o projecto para a recuperação/dinamização do Centro Histórico de Chaves. -----

Deu também conhecimento, ao Executivo Camarário, do Relatório do 1º Trimestre de Execução Orçamental - Ano 2008, da Empresa Municipal, Gestão de Equipamentos do Município de chaves, EM. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

De seguida usou da palavra a Sra. Vereadora do Partido Socialista, Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, tendo solicitado cópia do mesmo. -----

Seguidamente, e em resposta à solicitação da Sra. Vereadora do Partido Socialista, Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Batista,

comprometendo-se a entregar cópia do mesmo na próxima reunião do Executivo Camarário. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR, ENG. NUNO ARTUR ESTEVES FERREIRA RODRIGUES. -----

Usou da palavra o Vereador Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, tendo solicitado informação sobre os seguintes assuntos relacionados com a actividade municipal: -----

- Licença de Utilização das Termas e Processos de Expropriação - Sobre este assunto, o Vereador em causa, lembrou que ainda não lhe havia sido entregue cópia das Licenças de Utilização das Termas de Chaves e cópias dos processos expropriativos. -----
- Reunião do Ministério da Economia - Sobre este assunto, o Vereador em causa, solicitou informação sobre o teor da referida reunião. ---
- Parecer do Ministério da Cultura e relativo à Ponte Romana - Sobre este assunto, o Vereador em causa questionou o Presidente da Câmara, Dr. João Batista, sobre a eventual recepção do parecer do Ministério da Cultura e relativo à Ponte Romana e, em caso afirmativo, qual o seu teor. -----

Em resposta aos pedidos de informação solicitados pelo Vereador do Partido Socialista, Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, usou da palavra o Presidente da Câmara, Dr. João Batista, tendo prestado os seguintes esclarecimentos: -----

- Relativamente à cópia da licença de utilização das Termas de Chaves e cópia dos processos expropriativos, as mesmas serão entregues na próxima reunião ordinária do Executivo; -----
 - Relativamente à reunião do Ministério da Economia, a mesma versou essencialmente sobre a revalidação das licenças concedidas ao Grupo Intermarché, informação que foi também confirmada pelo Vice-presidente da Câmara, Arq. António Cabeleira; -----
 - Relativamente ao parecer solicitado ao Ministério da Cultura, e relativo à Ponte Romana, o mesmo deu entrada, nos serviços administrativos da Autarquia, no início da semana em curso. -----
- Do seu conteúdo consta, essencialmente, que a utilização da Ponte Romana deverá ser, preferencialmente, pedonal, podendo, no entanto, de acordo com as prescrições aí previstas, ser utilizada para a circulação de trânsito automóvel. -----
- Tal parecer deverá ser incorporado no correspondente processo administrativo com vista à obtenção de decisão final, devidamente fundamentada, sobre o assunto. -----

IV - REQUERIMENTO APRESENTADO PELOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA. -----

Foi presente o requerimento identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve o presente requerimento para solicitar a V. Ex.^a, ao abrigo do n.º 1 do Artigo 4º do Estatuto do Direito da Oposição a seguinte informação: -----

1. Rendas pagas durante o ano de 2007 e 2008 pela Lota do Peixe instalada no Mercado Abastecedor de Chaves? -----

Chaves, 04 de Agosto de 2008 -----

Os Vereadores do Partido Socialista -----

V - PROPOSTA APRESENTADA PELOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA. -----

Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram uma proposta para ser discutida ao abrigo do artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, para a Atribuição do nome Mário Gonçalves Carneiro ao Balneário Termal de Chaves, e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeito legais. ---

A Câmara Municipal deliberou agendar a referida proposta para a próxima Reunião do Executivo Municipal, com vista a sua análise, discussão e votação. -----

VI - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 83º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, E ULTERIORES ALTERAÇÕES. -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e nos termos do regimento em vigor, reconheça a urgência de deliberação sobre os assuntos abaixo indicados: -----

1. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. ALBINO LAGE DIAS. INFORMAÇÃO N.º 75/DASU/GTF/2008. -----

2. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. BRUNO MARTINS PIRES. INFORMAÇÃO N.º 76/DASU/GTF/2008. -----

3. REQUERIMENTO EM NOME DA SRA. LÚCIA MARIA RODRIGUES. INFORMAÇÃO N.º 77/DASU/GTF/2008. -----

4. REQUERIMENTO EM NOME DO REINALDO CARNEIRO PIRES. INFORMAÇÃO N.º 78/DASU/GTF/2008. -----

5. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. MANUEL JORGE PIRES. INFORMAÇÃO N.º 79/DASU/GTF/2008. -----

6. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE MOREIRAS E TORRE. - AUTO DE MEDIÇÃO N.º 09/DE/2008. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução dos referidos assuntos. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ACTAS:

1.1. Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 17 de Julho de 2008. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

1.2. Aprovação da acta da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 29 de Julho de 2008. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. CRIAÇÃO DE UMA "ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS MÚLTIPLOS - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DE TRÁS-OS-MONTES" - INTENÇÃO DE ADESÃO. PROPOSTA Nº 71/GAPV/08. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Considerações Iniciais -----

- A Nova Configuração Territorial da NUT III Alto Trás-os-Montes ---

Ao aprovar o QREN 2007-2013, o governo assumiu poder vir a contratualizar, com Associações de Municípios baseadas em NUT(s) III, a gestão de Fundos Comunitários do QREN, através de aprovação de propostas de subvenções globais -----

Com esta decisão, pretende o Governo iniciar um novo processo de promoção do desenvolvimento do território, tendo por base Associações de Municípios de NUT(s) a constituir, segundo legislação cuja publicação se aguarda; -----

Entretanto, já com esta nova perspectiva de governação do QREN, o Conselho da Região Norte, em meados de 2006, indo ao encontro do que já se sabia a respeito das orientações do PNPOT, aprovou, por unanimidade uma proposta de alteração à organização territorial das NUT III, na Região Norte. -----

Nesse contexto, a NUT III - Alto Trás-os-Montes ficava assim organizada com os Municípios de: Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, "Chaves", Ribeira de Pena, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais; -----

Entretanto, o Governo aprovou, em reunião de Conselho de Ministros de 7 de Fevereiro ultimo, o Decreto-Lei 68/2008, publicado no D.R. em 14 de Abril, que estabelece a definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas, para a participação em estruturas administrativas do estado e nas estruturas de governação do QREN. -- Com esta decisão, vem o governo validar a decisão anteriormente aprovada por unanimidade, pelo Conselho da Região Norte, ficando assumido, então, para efeitos da governação do QREN, que a NUT III Alto Trás-os-Montes passa oficialmente a ter a composição territorial atrás definida. -----

II - O PAISCTP da NUT Alto Trás-os-Montes -----

Foi já no contexto da nova configuração territorial das actuais NUT (s) III que a CCDRN lançou um concurso, no âmbito do ON do QCA, para a elaboração de PAISCTP - Programas de Acção Intermunicipal de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade, para cada um dos novos Conjuntos de Municípios. -----

É de evidenciar que estes PAISCTP são documentos determinantes para a elaboração de propostas de contratualização, tendo em vista a gestão por parte das NUT (s) III da Região Norte, de um significativo montante financeiro. -----

Com este enquadramento prevê-se que, muito em breve, possamos ter devidamente concluídas, e apresentadas as Propostas de Contratualização da NUT III Alto Trás-os-Montes, junto da CCDRN e da Comissão Executiva do PO Regional do Norte. -----

III - A Proposta de Lei N° 182/X, sobre o Associativismo Municipal -

Para garantir uma consequência lógica do enquadramento legal aplicável, o Governo apresentou na Assembleia da República, uma proposta de Lei sobre o associativismo municipal, já aprovada por este órgão legislativo, aguardando-se a sua promulgação. -----

A proposta de lei do Governo aponta para que as Associações de Municípios possam ser de dois tipos: -----

- De fins múltiplos, que passam a designar-se Comunidades Intermunicipais (CIM); -----
- De fins Específicos. -----

De acordo com a referida proposta de Lei "as CIM passam a desempenhar um papel consequente no planeamento e gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do seu território e terão mais condições para efectivar a coordenação das actuações entre os Municípios, entre os Municípios e os serviços da administração central. -----

Em consonância com o Decreto - Lei n°. 312/07, de 17 de Setembro, que definiu o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e dos respectivos programas operacionais, a presente proposta de lei valoriza o papel das associações de municípios nos órgãos de aconselhamento estratégico dos programas operacionais regionais, bem como na previsão da execução descentralizada ou na contratualização de parcerias para gestão de parcelas dos programas operacionais regionais. -----

Apenas as Associações de Municípios correspondentes a uma ou mais NUTS III serão consideradas parceiras do Governo em matéria de descentralização de competências e de participação na gestão do QREN, acautelando a necessidade de coerência e continuidade territoriais. -----

Também o modelo de governação das CIM se torna mais democrático, reforçando a legitimidade democrática dos órgãos e a responsabilidade dos órgãos executivo perante os órgãos deliberativos; -----

As CIM são igualmente marcadas pela exigência de rigor e disciplina financeira, de acordo com a matriz estabelecida na Lei de Finanças Locais, aprovada pela Lei n° 2/2007, de 15 de Janeiro. -----

Outra mudança essencial no âmbito da presente proposta prende-se com a valorização do exercício de competências das Associações de Municípios com delimitação equivalente à das NUTS II. As CIM que tenham esta dimensão passam a desempenhar competências ao nível de ordenamento do território a estabelecer as redes regionais de equipamentos e a ser os interlocutores do Estado no âmbito regional. Num quadro de manutenção da liberdade associativa, os Municípios podem constituir e manter as associações de municípios de fins específicos. Apesar disso, entende-se que a presente proposta deve dar primazia ao princípio da estabilidade institucional e também aplicar às associações de municípios de fins específicos regras de

direito público que permitem clareza e transparência na gestão de recursos e interesses comuns dos municípios. -----

IV - A Deliberação da Comissão Ministerial para os Programas Operacionais Regionais -----

Tendo em consideração a urgência com que se pretende concretizar a aprovação de Propostas de Subvenção Global, ao nível dos PO Regionais, o que, na verdade, de acordo com a respectiva legislação, só poderá verificar-se com Associações de Municípios de Fins Múltiplos - Comunidades Intermunicipais, ao nível de NUT(s) III, e o atraso que se verifica na aprovação da nova lei sobre o associativismo municipal, tendo em consideração o Regulamento do QREN 2007-2013, em reunião de 19 de Março ultimo, a Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais aprovou as "Orientações para a contratualização com Subvenção Global entre as autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais e as Associações de Municípios baseadas em NUT (s) III." -----

Este documento, já em vigor, estabelece, de facto, as regras a que se deve obedecer, para que uma subvenção global, ao nível de um conjunto de Municípios de NUT III, possa ser contratualizada com a respectiva Associação de Municípios. -----

Urge então, neste contexto, impulsionar o conjunto de Municípios da NUT(s) III Alto Trás-os-Montes para iniciarem os procedimentos tendo em vista a criação da Associação de Municípios de Fins Múltiplos - Comunidade Intermunicipal de Trás -os-Montes , o que, no entanto, como antes se refere, só poderá vir a concretizar-se após a publicação da nova Lei sobre o associativismo municipal. -----

Por isso mesmo, e enquanto tal não se concretiza, é preciso aproveitar as determinações aprovadas pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, devendo ter em conta o que está estipulado no nº 23 da referida Deliberação, que se transcreve:-----

"Desde a publicação do Decreto-Lei que define as unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios até à publicação da lei do associativismo municipal, os conjuntos de municípios que respeitem a delimitação geográfica presente no referido Decreto-Lei poderão celebrar contratos de subvenção global no âmbito dos PO Regionais desde que: -----

- Apresentem uma declaração dos órgãos dos municípios integrantes de cada uma das unidades territoriais assumindo que já deliberaram a criação da associação de municípios ou que assumem integrá-la; -----
- Indiquem o prazo previsto para essa constituição formal a contar da data da publicação da Lei do associativismo municipal. A não constituição formal de uma associação por parte dos municípios no prazo previsto poderá constituir motivo para a resolução do contrato." -----

V - Proposta de Deliberação a tomar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal -----

Neste contexto, e com este enquadramento, proponho: -----

1. Que a Câmara Municipal aprove, desde já, a participação do Município de Chaves, na nova Associação de Municípios de Fins Múltiplos - Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 68/2008, de 14 de Abril, nos termos que vierem a ser definidos pela nova lei do Associativismo Municipal, já aprovada pela Assembleia da República. -----

2. Que a Câmara Municipal de Chaves, se comprometa a, conjuntamente com as Câmaras Municipais que integram o Agrupamento de Municípios da NUT III Alto Trás-os-Montes, desenvolver todos os esforços de

acordo com a legislação aplicável, para a criação da Associação de Municípios de Fins Múltiplos - Comunidade Intermunicipal, no prazo de 180 dias, após a publicação da nova lei sobre o associativismo municipal. -----

3. Por último, caso a presente proposta seja acolhida favoravelmente por parte do Executivo Municipal, deverá ser agendada para uma próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----
Chaves, 4 de Agosto de 2008. -----

O Presidente da Câmara -----
(João Batista) -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3. FREGUESIAS

3.1. ADENDA AO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE ANELHE/2008 - ARRUAMENTOS NA FREGUESIA. PROPOSTA N.º.66/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 23/04/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Anelhe**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **Anelhe**, a execução das obras de "**Pavimentação de Arruamentos na Freguesia**" pelo valor de 35.000,00€; -----

Considerando, porém, que a verba inscrita relativamente à Delegação de Competência na referida Junta, para as obras de "**Pavimentação de Arruamentos**", em execução, é insuficiente; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Anelhe**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Anelhe** para execução das obras de "**Pavimentação de Arruamentos nas três aldeias da Freguesia**", pelo valor de 20.000,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **20.000,00€**, (**vinte mil euros**) no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Anelhe**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta;

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO-----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS-----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra-estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Anelhe**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Carlos Gonçalves Esteves. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Anelhe**, a execução das seguintes obras: -----

a) - **Pavimentação de Arruamentos nas três aldeias da Freguesia**, pelo valor de 20.000,00€; -----

2ª. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Anelhe** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras; -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Anelhe**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico; -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo; -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **20.000,00€** (vinte mil euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos; -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização; -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(Carlos Gonçalves Esteves) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.2. ADENDA AO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE BOBADELA/2008 - ARRUAMENTOS NA FREGUESIA. PROPOSTA N.º.67/GATF/2008.-
Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 27/02/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Bobadela**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **Bobadela**, a execução das obras de "**Arruamentos na Freguesia**" pelo valor de 10.000,00€; -----

Considerando, porém, que a verba inscrita relativamente à Delegação de Competência na referida Junta, para as obras de "**Pavimentação de Arruamentos**", em execução, é insuficiente; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Bobadela**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Bobadela** para execução das obras de "**Pavimentação de Arruamentos**", pelo valor de 3.500,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **3.500,00€, (três mil e quinhentos euros)** no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Bobadela**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----**EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----**

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo

Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----
Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Bobadela** neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor António Agostinho Pereira Ferreira. -----
É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Bobadela**, a execução das seguintes obras: -----

a) - Pavimentação de Arruamentos", pelo valor de 3.500,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Bobadela** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Bobadela** obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **3.500,00** (três mil e quinhentos euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, _____ de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(António Agostinho Pereira Ferreira) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.3. ADENDA AO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE CELA/2008 - EXECUÇÃO DE UM NOVO FURO DE ÁGUA NA ALDEIA DA CELA E PAVIMENTAÇÃO DE VÁRIAS RUAS NA FREGUESIA. PROPOSTA N.º.68/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 30/04/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Cela**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **Cela**, a execução das obras de "**Reforço do Abastecimento de Água**" pelo valor de 5.500,00€ e "**Alargamento do Cemitério de Tresmundes**", pelo valor de 7.000,00€ e "**Aquisição de Terreno para Implantação da ETAR de Tresmundes**" pelo valor de 1.500,00€; -----

Considerando, porém, que a verba inscrita relativamente à Delegação de Competência na referida Junta, para as obras de "**Reforço do Abastecimento de Água**", dado que o furo da Cela secou e houve necessidade de abrir um novo, é insuficiente; -----

Considerando ainda a necessidade de se proceder à "**Pavimentação de Arruamentos em várias aldeias da Freguesia**", onde as ruas ainda são em terra batida; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Cela**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Cela** para execução das obras de "**Reforço do Abastecimento de Água - Execução de novo Furo na Cela** " pelo valor de 7.500,00€ e "**Pavimentação de Arruamentos em várias aldeias da Freguesia**", pelo valor de 15.000,00€. -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **22.500,00€, (vinte e dois mil e quinhentos euros)** no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Cela**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Junho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS-----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através

da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Cela**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Helder Leão de Castro Lopo. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Cela**, a execução das seguintes obras: -----

a) Reforço do Abastecimento de Água - Execução de novo Furo na Cela pelo valor de 7.500,00€ -----

b) "Pavimentação de Arruamentos em várias aldeias da Freguesia", pelo valor de 15.000,00€. -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Cela** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Cela**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **22.500,00** (vinte e dois mil e quinhentos euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Hélder Leão de Castro Lopo) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.4. ADENDA AO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA/2008 - CONCLUSÃO DO PAVILHÃO DE BOMBEIROS. PROPOSTA Nº.69/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 27/02/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Cimo de Vila da Castanheira**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução, foi delegado na freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, a execução das obras de "**Arruamentos no Largo do Cavalinho**", pelo valor de 7.000,00€ e "**Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**", pelo valor de 2.790,00€; -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para a "**Conclusão do Pavilhão de Bombeiros**" pelo valor de 7.500,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Cimo de Vila da Castanheira**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Cimo de Vila da Castanheira** para execução das obras de "**Conclusão do Pavilhão de Bombeiros**" pelo valor de 7.500,00€. -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **7.500,00€, (sete mil e quinhentos euros)** no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Cimo de Vila da Castanheira**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Cimo de Vila da Castanheira**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor José Bruno Pereira. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Cimo de Vila da Castanheira**, a execução das seguintes obras: -----

a) Conclusão do Pavilhão de Bombeiros pelo valor de 7.500,00€. ---

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Cimo de Vila da Castanheira** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Cimo de Vila da Castanheira**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **7.500,00 €** (sete mil e quinhentos euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, de de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(José Bruno Pereira) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.5. ADENDA AO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE ERVEDEDO/2008 - ARRUAMENTOS NA AGRELA. REPARAÇÃO DE UM PORTÃO POR VIA DO ALARGAMENTO DE UMA RUA EM AGRELA. PROPOSTA N.º.70/GATF/2008. -

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 09/04/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Ervededo**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução, foi delegado na freguesia de **Ervededo**, a execução das obras de **"Arruamentos na povoação da Agrela"**, pelo valor de **40.000,00 €**, e apoio ao **"Jardim de Infância de Agrela"**, pelo valor de 604,50€; -----

Considerando, porém, que a verba inscrita relativamente à Delegação de Competência na referida Junta, para as obras de **"Arruamentos na povoação da Agrela"** já executados, é insuficiente; -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para a **"Colocação de um Portão numa propriedade particular, por força do alargamento de uma rua"** pelo valor de 500,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Ervededo**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Ervededo** para execução das obras de **"Arruamentos na povoação da Agrela"**, pelo valor de 10.000,00€ e **"Colocação de um Portão numa propriedade particular, por força do alargamento de uma rua"**, pelo valor de 500,00€. -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **10.500,00€**, (**dez mil e quinhentos euros**) no art. 1.º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Ervededo**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da

rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----
 À Consideração Superior -----
 Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----
 A Funcionária, -----
 Maria das Graças -----

Em anexo: -----
 Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Ervededo**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Álvaro José Madureira Pereira. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Ervededo**, a execução das seguintes obras: -----

a) **Arruamentos na povoação da Agrela**, pelo valor de 10.000,00€; --

b) **Colocação de um Portão numa propriedade particular, por força do alargamento de uma rua**, pelo valor de 500,00€. -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Ervededo** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: **Arruamentos na Freguesia e Colocação de um Portão numa propriedade particular, por força do alargamento de uma rua.** -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Ervededo**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **10.500,00 €**, (dez mil e quinhentos euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, _____ de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(Álvaro José Madureira Pereira) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.6. ADENDA AO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE LAMADARCOS/2008 - CENTRO DE DIA. PROPOSTA N.º.71/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de

Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 20/02/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Lamadarcos**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução, foi delegado na freguesia de **Lamadarcos**, a "**Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**", pelo valor de 1.890,00€; -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para a "**Construção do Centro de Dia**" pelo valor de 10.000,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Lamadarcos**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Lamadarcos** para execução das obras de "**Construção do Centro de Dia**", pelo valor de 10.000,00€. -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **10.000,00€, (dez mil euros)** no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Lamadarcos**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de

competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infraestruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva n.º. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Lamadarcos**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, David Salgueiro Fernandes. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Lamadarcos**, a execução das seguintes obras: -----

a) Construção do Centro de Dia, pelo valor de 10.000,00€. -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Lamadarcos** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Lamadarcos**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da

celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **10.000,00 €** (dez mil euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, de de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(David Salgueiro Fernandes) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.7. ADENDA AO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA 2008. ARRUAMENTOS. PROPOSTA Nº.72/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 05/03/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Nogueira da Montanha**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução, foi delegado na freguesia de **Nogueira da Montanha**, a obra de "**Construção da Casa Mortuária**", pelo valor de 10.000,00€; -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para as obras de "**Pavimentação de Arruamentos**" pelo valor de 5.000,00€; ----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Nogueira da Montanha**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Nogueira da Montanha**

para execução das obras de "**Pavimentação de Arruamentos**", pelo valor de 5.000,00€. -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **5.000,00€, (cinco mil euros)** no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Nogueira da Montanha**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Nogueira da Montanha**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor José Chaves. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Nogueira da Montanha**, a execução das seguintes obras -----

a) Pavimentação de Arruamentos, pelo valor de 5.000,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Nogueira da Montanha** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Nogueira da Montanha**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **5.000,00 €** (cinco mil euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(José Chaves) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.8. ADENDA AO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE OUTEIRO SECO 2008. ALARGAMENTO DO CEMITÉRIO E ALARGAMENTO DO CAMINHO DOS PELAMES. PROPOSTA Nº.73/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----
 Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 11/03/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Outeiro Seco**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução, foi delegado na freguesia de **Outeiro Seco**, a obra de "**Conclusão dos Balneários do Polidesportivo**", pelo valor de 10.000,00€; -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para as obras de "**Alargamento do Cemitério**" pelo valor de 15.000,00€ e "**Alargamento do Caminho dos Pelamos**", pelo valor de 5.000,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Outeiro Seco**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Outeiro Seco** para execução das obras de "**Alargamento do Cemitério**", pelo valor de 15.000,00€ e "**Alargamento do Caminho dos Pelamos**", pelo valor de 5.000,00€, num total de 20.000,00€. -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **20.000,00€, (vinte mil euros)** no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Outeiro Seco**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----
 À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----
A Funcionária, -----
Maria das Graças -----
Em anexo: -----
Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----
Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva n.º. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Outeiro Seco**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Altino Alves Pereira do Rio. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos

representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Outeiro Seco**, a execução das seguintes obras: -----

a) **Alargamento do Cemitério**, pelo valor de 15.000,00€ -----

b) **Alargamento do Caminho dos Pelamos**, pelo valor de 5.000,00€-----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3a. - A freguesia de **Outeiro Seco** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Outeiro Seco**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **20.000,00 €** (vinte mil euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, de de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Altino Alves Pereira do Rio) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.9. ADENDA AO PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DE PARADELA DE MONFORTE/2008. PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS E CONSTRUÇÃO DE UM PONTÃO. PROPOSTA Nº.74/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, vieram a ser celebrados em 12/03/08, 18/04/08 e 14/05/08 Protocolos de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Paradela de Monforte**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **Paradela de Monforte**, a execução das obras de "**Arborização da Zona de Lazer do Ribeiro do Torneiro**", pelo valor de 1.300,00€; "**Aquisição de Imóvel**", pelo valor de 1.000,00€ e "**Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**", pelo valor de 520,00€; -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para "**Pavimentação de Arruamentos e construção de um pontão**" pelo valor de 10.000,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Paradela de Monforte**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Paradela de Monforte** para execução das obras de "**Pavimentação de Arruamentos e construção de um pontão**" pelo valor de 10.000,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **10.000,00 €, (dez mil euros)** no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Paradela de Monforte**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 27 de Fevereiro de 2002, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de

competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva n.º. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Paradela de Monforte**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor José Manuel Agrelo Pires. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Paradela de Monforte**, a execução das seguintes obras: -----

a) Pavimentação de Arruamentos e construção de um pontão pelo valor de 10.000,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3a. - A freguesia de **Paradela de Monforte** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Paradela de Monforte**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **10.000,00 €**, (dez mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(José Manuel Agrelo Pires) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.10. ADENDA AO PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DE SAMAIÕES/2008. CONSTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO POLIDESPORTIVO EM OUTEIRO JUSÃO. PROPOSTA Nº.75/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 27/02/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Samaiões**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **Samaiões**, a execução das obras de "**Pavimentação da Rua da Baixa em Outeiro Jusão**", pelo valor de 20.000,00€; e "**Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**", pelo valor de 2.830,00€; -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para "**Construção de um Pavilhão Polidesportivo em Outeiro Jusão**" pelo valor de 35.000,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Samaiões**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Samaiões** para execução das obras de "**Construção de um Pavilhão Polidesportivo em Outeiro Jusão**" pelo valor de 35.000,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **35.000,00€, (trinta e cinco mil euros)** no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Samaiões**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída

e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

- Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva n.º. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Samaiões**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Carlos Luís Oliveira F. Lopes. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Samaiões**, a execução das seguintes obras: -----

a) Construção de um Pavilhão Polidesportivo em Outeiro Jusão pelo valor de 35.000,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Samaiões** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Samaiões**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **35.000,00 €**, (trinta e cinco mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de

Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Carlos Luís Oliveira F. Lopes) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.11. ADENDA AO PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DA FREGUESIA DE SANFINS/2008. PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA POVOAÇÃO DE SANTA CRUZ. PROPOSTA Nº.76/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 27/02/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Sanfins**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **Sanfins**, a "**Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**", pelo valor de 2.790,00€; -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para "**Pavimentação de Arruamentos na povoação de Santa Cruz**" pelo valor de 10.000,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Sanfins**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Sanfins** para execução das obras de "**Pavimentação de Arruamentos na povoação de Santa Cruz**" pelo valor de 10.000,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **10.000,00€**, (**dez mil euros**) no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Sanfins**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008. -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Sanfins**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Carolino Aguiéiras Pinheiro. -----
 É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Sanfins**, a execução das seguintes obras: -----

a) Pavimentação de Arruamentos na povoação de Santa Cruz pelo valor de 10.000,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Sanfins** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Sanfins**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **10.000,00 €**, (dez mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, _____ de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Carolino Aguiéiras Pinheiro) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.12. ADENDA AO PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DA FREGUESIA DE SANTA LEOCÁDIA/2008. ALARGAMENTO DO CEMITÉRIO DE MATOSINHOS. PROPOSTA Nº.77/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 27/02/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Santa Leocádia**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **Santa Leocádia**, a "**Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**", pelo valor de 3.700,00€; -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para "**Alargamento do Cemitério da aldeia de Matosinhos**" pelo valor de 5.000,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Santa Leocádia**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Santa Leocádia** para execução das obras de "**Alargamento do Cemitério da aldeia de Matosinhos**" pelo valor de 5.000,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **5.000,00€**, (**cinco mil euros**) no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Santa Leocádia**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----
EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----
 Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----
ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Santa Leocádia**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Manuel João Santos Ramos. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Santa Leocádia**, a execução das seguintes obras: -----

a) **Alargamento do Cemitério da aldeia de Matosinhos** pelo valor de 5.000,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Santa Leocádia** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Santa Leocádia**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **5.000,00 €**, (cinco mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(Manuel João Santos Ramos) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.13. ADENDA AO PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR/2008. PAVIMENTAÇÃO DE VÁRIAS RUAS E LARGOS NA CIDADE DE CHAVES; POLIDESPORTIVO DA URBANIZAÇÃO DA TRINDADE. PROPOSTA Nº.78/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----
Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 26/02/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Santa Maria Maior**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **Santa Maria Maior**, as obras de "**Pavimentação de várias ruas na cidade de Chaves**", pelo valor de 96.450,00€, correspondente a metade do valor das obras, assumindo a Junta de Freguesia a outra metade; -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para execução do "**Polidesportivo da Urbanização da Trindade**" pelo valor de 25.000,00€ correspondente à comparticipação da Câmara; -----

Considerando, porém, que a verba inscrita relativamente à Delegação de Competência na referida Junta, para as obras de: "**Arruamentos no Largo das Casas dos Montes; Rua Ribeiro Sanches; Rua do Rio (junto ao Café Ponto de Encontro); Beco da Rua Tenente Porfírio da Silva; Largo do Senhor do Calvário; Largo das Varandas do Sol e Largo do Pessegueiro e Rua da Canelha da Estação**" já executados, é insuficiente; -----

Considerando que a referida Junta de Freguesia está a executar o "**Pavilhão Polidesportivo da Urbanização da Trindade**", pelo valor de 50.000,00€, cabendo à Câmara Municipal metade do valor no total de 25.000,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Santa Maria Maior**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Santa Maria Maior** para execução das obras de antes descritas com o valor de 52.100,00€, correspondente a metade do custo das obras, assumindo a Junta de Freguesia a outra metade. -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **52.100,00€**, (**cinquenta e dois mil e cem euros**) no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Santa Maria Maior**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 27 de Fevereiro de 2002, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de Santa Maria Maior neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor João Carlos Alves Neves. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Santa Maria Maior**, a execução da obra de: -----

a) **Arruamentos no Largo das Casas dos Montes; Rua Ribeiro Sanches; Rua do Rio (junto ao Café Ponto de Encontro); Beco da Rua Tenente Porfírio da Silva; Largo do Senhor do Calvário; Largo das Varandas do Sol; Largo do Pessegueiro, e Rua da Canelha da Estação,** pelo valor de 27.100,00€; -----

b) **Polidesportivo da Urbanização da Trindade"** pelo valor de 25.000,00€ -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

2ª. - A freguesia de **Santa Maria Maior** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das referidas obras. -----

3a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Santa Maria Maior**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Santa Maria Maior**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **52.100,00 €**, (cinquenta e dois mil e cem euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, _____ de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(João Carlos Alves Neves) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.14. ADENDA AO PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DA FREGUESIA DE S. JULIÃO DE MONTENEGRO/2008. ALARGAMENTO DO CEMITÉRIO. PROPOSTA Nº.79/GATF/2008.-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 31/03/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **S. Julião de Montenegro**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **S. Julião de Montenegro**, as obras de " **Pavimentação de várias ruas na Freguesia**", pelo valor de 15.000,00€; -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para "**Alargamento do Cemitério da aldeia de S. Julião**" pelo valor de 10.000,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **S. Julião de Montenegro**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **S. Julião de Montenegro** para execução da obra de Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para "**Alargamento do Cemitério da aldeia de S. Julião** " pelo valor de 10.000,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **10.000,00€**, (**dez mil euros**) no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **S. Julião de Montenegro**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de

celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----
Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **São Julião**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Albano dos Santos Matias. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **São Julião**, a execução das seguintes obras: -----

a) Alargamento do Cemitério da aldeia de S. Julião, pelo valor de 10.000,00 € -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **São Julião** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **São Julião**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **10.000,00 €**, (dez mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida

empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Albano dos Santos Matias) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.15. ADENDA AO PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DA FREGUESIA DE SOUTELO/2008. PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTO. PROPOSTA Nº.80/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 15/02/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Soutelo**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **Soutelo**, as obras de "**Pavimentação de várias ruas na Freguesia**", pelo valor de 30.000,00€; Considerando, porém, que a verba inscrita relativamente à Delegação de Competência na referida Junta, para execução de obras de "**Pavimentação de várias ruas na Freguesia**" é insuficiente; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Soutelo**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Soutelo** para execução da obra de Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para "**Pavimentação de várias ruas na Freguesia**" pelo valor de 10.000,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **10.000,00€**, (**dez mil euros**) no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Soutelo**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 27 de Fevereiro de 2002, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Soutelo**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor João Rua Banha -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Soutelo** a execução das seguintes obras: -----

a) Pavimentação de várias ruas na Freguesia" pelo valor de 10.000,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Soutelo** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências, devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Soutelo**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **10.000,00 €**, (dez mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada / obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(João Rua Banha) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.16. ADENDA AO PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DA FREGUESIA DE VALDANTA/2008.TOPONÍMIA. PROPOSTA Nº.81/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 04/03/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Valdanta**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **Valdanta**, as obras de "**Construção do Pavilhão Polidesportivo da Abobeleira**", pelo valor de 50.000,00€; "**Saneamento em Valdanta e Abobeleira**", pelo valor de 20.000,00€ "**Colocação do novo sistema de aquecimento na escola Primária**", pelo valor de 6.000,00€ e "**Alargamento de Rua em Abobeleira - aquisição de parte de imóvel**", pelo valor de 1.500,00€; -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para "**Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças na freguesia, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**", pelo valor de 10.000,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Valdanta**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Valdanta** para execução da obra de Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para "**Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças na freguesia, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**", pelo valor de 10.000,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **10.000,00€, (dez mil euros)** no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Valdanta**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo.-----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Vale de Anta**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Júlio Abambres Carneiro. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de

execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Vale de Anta**, a execução das seguintes obras: -----

a) **Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças na freguesia, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**, pelo valor de 10.000,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Vale de Anta** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Vale de Anta**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **10.000,00 €**, (dez mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissos no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Júlio Abambres Carneiro) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.17. ADENDA AO PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DA FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIÁ/2008. RECUPERAÇÃO DE FORNO COMUNITÁRIO NA POVOAÇÃO DO CAMBEDO. PROPOSTA Nº.82/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 04/03/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Vilarelho da Raia**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **Vilarelho da Raia**, as obras de **"Pavimentação do Largo de Nossa Senhora das Misericórdias em Vilarelho"** pelo valor de 11.000,00€"; -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para **"Recuperação de Forno Comunitário na povoação do Cambedo"** pelo valor de 4.000,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Vilarelho da Raia**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Vilarelho da Raia** para execução da obra de Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para **"Recuperação de Forno Comunitário na povoação do Cambedo"** pelo valor de 4.000,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **4.000,00€, (quatro mil euros)** no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Vilarelho da Raia**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de

Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----
Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Vilarelho da Raia**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Rogério Aires Sanches. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Vilarelho da Raia**, a execução das seguintes obras: -----

a) Recuperação de Forno Comunitário na povoação do Cambedo pelo valor de 4.000,00; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Vilarelho da Raia** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Vilarelho da Raia**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **4.000,00 €**, (quatro mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de _____ de 2008. -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Rogério Aires Sanches) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.18. ADENDA AO PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DA FREGUESIA DE VILARINHO DAS PARANHEIRAS/2008. TOPONÍMIA. PROPOSTA Nº.83/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 05/03/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Vilarinho das Paranheiras**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **Vilarinho das Paranheiras**, as obras de "**Pavimentação de Arruamentos**", pelo valor de 12.500,00€"; -
Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para "**Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças**,

excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)", pelo valor de 1.500,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Vilarinho das Paranheiras**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Vilarinho das Paranheiras** para execução da obra de Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para **"Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)",** pelo valor de 1.500,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **1.500,00€, (mil e quinhentos euros)** no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Vilarinho das Paranheiras**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal participação financeira, através

da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Vilarinho das Paranhos**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Augusto Jaime Martins Cruz. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Vilarinho das Paranhos**, a execução das seguintes obras: -----

a) - **Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**, pelo valor de 1.500,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3a. - A freguesia de **Vilarinho das Paranhos** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Vilarinho das Paranhos** obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **1.500,00 €** (mil e quinhentos euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública,

disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Augusto Jaime Martins Cruz) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.19. ADENDA AO PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DA FREGUESIA DA VILELA SECA/2008. AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS DEGRADADOS PARA ALARGAMENTO DE LARGO. PROPOSTA N.º.84/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 05/03/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Vilela Seca**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **Vilela Seca**, as obras de "**Pavimentação de arruamentos na Freguesia**", pelo valor de 7.500,00€;-

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia relativamente ao "**Aquisição de imóveis para alargamento de Largo**" pelo valor de 5.000,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Vilela Seca**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Vilela Seca** para execução das obras de "**Aquisição de imóveis para alargamento de Largo**", pelo valor de 5.000,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na

Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **5.000,00€**, (**cinco mil euros**) no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Vilela Seca**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Vilela Seca** neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Jaime Alcântara Martins. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Vilela Seca**, a execução das seguintes obras: -----

a) Aquisição de imóveis para alargamento de Largo", pelo valor de 5.000,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3a. - A freguesia de **Vilela Seca** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Vilela Seca**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **5.000,00 €** (cinco mil euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Jaime Alcântara Martins) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.20. ADENDA AO PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE/2008. PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS: FERREIRA DE CASTRO; DR. JÚLIO GOMES; CAMINHO DA TEIXEIRA; RUA DA CAPELA E ZONA ENVOLVENTE DA IGREJA. PROPOSTA N.º.85/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 04/03/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Santa Cruz/Trindade**; -----

Considerando que nos termos da cláusula primeira do Protocolo de Execução foi delegado na Freguesia de **Santa Cruz/Trindade**, as obras de "**Saneamento e Remodelação da Conduta de Água**", pelo valor de 12.600,00€; "**Arranjo Urbanístico de Rotunda**", pelo valor 18.600,00€ e "**Novo sistema de Aquecimento da Escola Primária**", pelo valor de 3.000,00€ -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para "**Pavimentação das Ruas: Ferreira de Castro; Dr. Júlio Gomes; Caminho da Teixeira; Rua da Capela e zona envolvente da Igreja**" pelo valor de 59.000,00€; -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Santa Cruz/Trindade**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Santa Cruz/Trindade** para execução da obra de Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia para "**Pavimentação das Ruas: Ferreira de Castro; Dr. Júlio Gomes; Caminho da Teixeira; Rua da Capela e Zona Envolvente da Igreja**" pelo valor de 59.000,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **59.000,00€**, (**cinquenta e nove mil euros**) no art. 1.º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Santa Cruz/Trindade**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo. -----

Consideração Superior -----
 Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----
 A Funcionária, -----
 Maria das Graças -----
Em anexo: -----
 Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Santa Cruz/Trindade**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor José Joaquim Alves de Lima. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos

representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Santa Cruz/Trindade**, a execução das seguintes obras: -----

a) Pavimentação das Ruas: Ferreira de Castro; Dr. Júlio Gomes; Caminho da Teixeira; Rua da Capela e Zona Envolvente da Igreja, pelo valor de 59.000,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Santa Cruz/Trindade** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Santa Cruz/Trindade**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **59.000,00€** (cinquenta e nove mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissos no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(José Joaquim Alves de Lima) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.21. PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE CALVÃO/2008 - ARRUAMENTOS; TOPONÍMIA. PROPOSTA N.º.86/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da

delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----
 Considerando que a Junta de Freguesia de **Calvão**, necessita de proceder à pavimentação de arruamentos na Freguesia; -----
 Considerando que foi delegado na mesma freguesia de **Calvão**, a "**Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**". -----

II - DA PROPOSTA -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um protocolo de transferência de capital com a Freguesia de Calvão, para as obras especificadas: "**Arruamentos na Freguesia**", no valor de 5.000,00€ e "**Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**" no valor de 1.650,00€, num total de 6.650,00€, com cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01 -----

À consideração superior -----

Chaves, 31 de Julho de 2008 -----

A Funcionária -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Calvão**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor José Pereira Gomes. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Calvão**, a execução das seguintes obras: -----

a) Arruamentos na Freguesia", no valor de 5.000,00€; -----

b) Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)" no valor de 1.650,00€;

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

.3ª. - A freguesia de **Calvão** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Calvão**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **6.650,00 €**, (seis mil seiscentos e cinquenta euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de _____ de 2008. -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(José Pereira Gomes) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.22. PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE ARCOSSÓ/2008 - CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE. PROPOSTA Nº.87/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de **Arcossó**, necessita de proceder à "Construção de um Muro de Suporte" à entrada da Freguesia. -----

II - DA PROPOSTA -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um protocolo de transferência de capital com a Freguesia de **Arcossó**, para as obras especificadas "**Construção de um Muro de Suporte**", no valor de 5.000,00€, com cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01 -----

À consideração superior -----

Chaves, 31 de Julho de 2008 -----

A Funcionária -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra-estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída

e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva n.º. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Arcossó**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor José Elias Ferreira. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Arcossó**, a execução das seguintes obras: -----

a) Construção de um Muro de Suporte, no valor de 5.000,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Arcossó** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras; -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Arcossó**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico; -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo; -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **5.000,00 €** (cinco mil euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos; -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização; -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2008 -----
O Presidente da Câmara Municipal -----
 (Dr. João Batista) -----
O Presidente da Junta de Freguesia -----
 (José Elias Ferreira) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.23. PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE CURALHA/2008 - ARRUAMENTOS. PROPOSTA Nº.88/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de **Curalha**, necessita de proceder à "Pavimentação de Arruamentos" na Freguesia. -----

II - DA PROPOSTA -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um protocolo de transferência de capital com a Freguesia de **Curalha**, para as obras especificadas "**Pavimentação de Arruamentos**", no valor de 5.570,00€, com cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01 -----

À consideração superior -----

Chaves, 31 de Julho de 2008 -----

A Funcionária -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de

celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----
Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Curalha**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Domingos de Moura Alves. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Curalha** a execução das seguintes obras: -----

a) Pavimentação de Arruamentos, no valor de 5.570,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Curalha** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Curalha**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **5.570,00 €** (cinco mil quinhentos e setenta euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos

com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Domingos de Moura Alves) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.24. PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE EIRAS/2008 - CONSTRUÇÃO DO BALNEÁRIO DO POLIDESPORTIVO EM S. LOURENÇO. PROPOSTA Nº.89/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de **Eiras**, necessita de proceder à "**Construção dos Balneários do Polidesportivo**" na aldeia de S. Lourenço. -----

II - DA PROPOSTA -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um protocolo de transferência de capital com a Freguesia de **Eiras**, para as obras especificadas "**Construção dos Balneários do Polidesportivo**", no valor de 10.000,00€, com cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01 -----

À consideração superior -----

Chaves, 31 de Julho de 2008 -----

A Funcionária -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 27 de Fevereiro de 2002, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Eiras**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Fernando Barreira de Moura. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Eiras**, a execução das seguintes obras: -----

a) Construção dos Balneários do Polidesportivo, no valor de 10.000,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Eiras** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos

representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Eiras**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **10.000,00 €**, (dez mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, _____ de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(Fernando Barreira de Moura) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.25. PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE OUCIDRES/2008 - ARRUAMENTOS NA FREGUESIA. PROPOSTA N.º.90/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de **Oucidres**, necessita de proceder à "**Pavimentação de Arruamentos**" na Freguesia. -----

II - DA PROPOSTA -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um protocolo de transferência de capital com a Freguesia de **Oucidres**, para as obras especificadas "**Pavimentação de**

Arruamentos", no valor de 7.500,00€, com cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01. -----

À consideração superior -----

Chaves, 31 de Julho de 2008 -----

A Funcionária -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Oucidres**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Gabriel Teixeira. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Oucidres**, a execução das seguintes obras: -----

a) **Pavimentação de Arruamentos**, no valor de 7.500,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Oucidres** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Oucidres**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **7.500,00 €**, (sete mil e quinhentos euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(Gabriel Teixeira) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.26. PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE/2008 - ARRUAMENTOS; RAMAL DE SANEAMENTO; TOPONÍMIA. PROPOSTA Nº.91/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do

Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de **Santo António de Monforte**, necessita de proceder à **"Pavimentação da Rua da Portela Grande"** na Freguesia; -----

Considerando que foi delegado na freguesia a **"Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)";** -----

Considerando ainda que foi delegado na mesma freguesia a execução de um **"Ramal de Saneamento"**, cuja obra é responsabilidade municipal. -

II - DA PROPOSTA -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um protocolo de transferência de capital com a Freguesia de **Santo António de Monforte**, para as obras especificadas: **"Pavimentação de Arruamentos"**, no valor de 15.500,00€; **"Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)"**, pelo valor de 1.700,00€ e **"Ramal de Saneamento"**, pelo valor de 1.500,00€, num total de 18.700,00€, com cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01. -----

À consideração superior -----

Chaves, 31 de Julho de 2008 -----

A Funcionária -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 27 de Fevereiro de 2002, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada

uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de Santo António de Monforte neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor António dos Anjos Martins. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Santo António de Monforte**, a execução das seguintes obras: -----

a) **Pavimentação de Arruamentos**, no valor de 15.500,00€; -----

b) **Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**, pelo valor de 1.700,00€ -----

c) **Ramal de Saneamento**, pelo valor de 1.500,00€, -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

.3ª. - A freguesia de **Santo António de Monforte** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Santo António de Monforte**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **18.700,00 €**, (dezoito mil e setecentos euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----
O Presidente da Junta de Freguesia -----
 (António dos Anjos Martins) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.27. PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE SELHARIZ/2008-PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS. PROPOSTA N°.92/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de **Selhariz**, necessita de proceder à "**Pavimentação da Arruamentos**" na Freguesia; -----

II - DA PROPOSTA -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um protocolo de transferência de capital com a Freguesia de **Selhariz**, para as obras especificadas "**Pavimentação de Arruamentos**", no valor de 15.000,00€, com cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01. -----

À consideração superior -----

Chaves, 31 de Julho de 2008 -----

A Funcionária -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----
Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Selhariz**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Francisco Gonçalves Macedo. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Selhariz**, a execução das seguintes obras: -----

b) Arruamentos na Freguesia, pelo valor de 15.000,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Selhariz** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Selhariz**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **15.000,00 €**, (quinze mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Francisco Gonçalves Macedo) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.28. PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE TRONCO/2008 - PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS; RECUPERAÇÃO DA ESCOLA; TOPONÍMIA. PROPOSTA Nº.93/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de **Tronco**, necessita de proceder à "**Pavimentação da Rua de S. Martinho**" na Freguesia; -----

Considerando que foi delegado na freguesia a "**Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**"; -----

Considerando ainda que foi delegado na mesma freguesia a obra de "**Recuperação do Edifício da Escola Primária**", cuja obra é responsabilidade municipal -----

II - DA PROPOSTA -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um protocolo de transferência de capital com a Freguesia de **Tronco**, para as obras especificadas: "**Pavimentação de Arruamentos**", no valor de 7.500,00€; "**Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia)**", no valor de 2.100,00€ e "**Recuperação do Edifício da Escola Primária**", no valor de 5.400,00€, num total de 15.000,00€, com cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01. -----

À consideração superior -----

Chaves, 31 de Julho de 2008 -----

A Funcionária -----

Maria das Graças -----
Em anexo: -----
 Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----
EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----
ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva n.º. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Tronco** neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Fernando António Fontes Delgado. -----
 É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Tronco**, a execução das seguintes obras: -----

a) Pavimentação de Arruamentos, no valor de 7.500,00€; -----

b) Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia), no valor de 2.100,00€ -----

c) Recuperação do Edifício da Escola Primária, no valor de 5.400,00€, -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Tronco** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Tronco**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **15.000,00€** (quinze mil euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissos no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(Fernando António Fontes Delgado) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.29. PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE VIDAGO/ 2008-PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS. PROPOSTA Nº.94/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da

delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----
 Considerando que a Junta de Freguesia de **Vidago**, necessita de proceder à "**Pavimentação de arruamentos**" na Freguesia; -----

II - DA PROPOSTA -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um protocolo de transferência de capital com a Freguesia de **Vidago**, para as obras especificadas: "**Pavimentação de Arruamentos**", no valor de 15.000,00€, com cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01. -----

À consideração superior -----

Chaves, 31 de Julho de 2008 -----

A Funcionária -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva n.º. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e-----

2. Outorgante: Freguesia de **Vidago**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Eduardo Júlio Alves Brás. -----
É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Vidago**, a execução das seguintes obras: -----

a) Arruamentos na Freguesia, pelo valor de 15.000,00 €; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Vidago** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Vidago**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **15.000,00 €** (quinze mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Eduardo Júlio Alves Brás) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.30. PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE VILAS BOAS/2008 - PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS. PROPOSTA N.º.95/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de **Vilas Boas**, procedeu à "**Pavimentação com betuminoso da Estrada Vilas Boas / Pereira de Selão**", aberta pelo exercito recentemente. -----

II - DA PROPOSTA: -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um protocolo de transferência de capital com a Freguesia de **Vilas Boas**, para as obras especificadas: "**Pavimentação com betuminoso da Estrada Vilas Boas / Pereira de Selão**", no valor de 45.000,00€, com cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01 -----

À consideração superior -----

Chaves, 31 de Julho de 2008 -----

A Funcionária -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 27 de Fevereiro de 2002, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de

gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----
Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Vilas Boas**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Augusto Clemente Rodrigues. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Vilas Boas**, a execução das seguintes obras: -----

a) Pavimentação com betuminoso da Estrada Vilas Boas / Pereira de Selão, no valor de 45.000,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Vilas Boas** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Vilas Boas**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **45.000,00 €**, (quarenta e cinco mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Augusto Clemente Rodrigues) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.31. PROTOCOLO DE INVESTIMENTO DA FREGUESIA DE VILELA DO TAMEGA/2008 - PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS. PROPOSTA Nº.96/GATF/2008.-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de **Vilela do Tâmega**, necessita de proceder à "**Pavimentação de Arruamentos**" na Freguesia. -----

II - DA PROPOSTA: -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um protocolo de transferência de capital com a Freguesia de **Vilela do Tâmega**, para as obras especificadas: "**Pavimentação de Arruamentos**", no valor de 5.000,00€, com cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01 -----

À consideração superior -----

Chaves, 31 de Julho de 2008 -----

A Funcionária -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento,

julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Vilela do Tâmega**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Octávio Gomes Lage. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Vilela do Tâmega**, a execução das seguintes obras: -----

a) Arruamentos na Freguesia, pelo valor de 5.000,00 € -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Vilela do Tâmega**, no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Vilela do Tâmega**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **5.000,00 €** (cinco mil euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública,

disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Octávio Gomes Lage) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3.32. ADENDA AO PROTOCOLO DE EXECUÇÃO DA FREGUESIA DA MADALENA/2008. INCLUSÃO DO IVA PELA EXECUÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA. PROPOSTA Nº.97/GATF/2008. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, vieram a ser celebrados em 26/06/07 e 11/10/07 Protocolos de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Madalena**; -----

Considerando que foi delegado na referida Freguesia de **Madalena**, as obras de "**Pavimentação de várias Ruas na Freguesia**", pelo valor de 83.400,00€"; -----

DA PROPOSTA II: -----

Sendo certo que a responsabilidade pela execução das obras antes mencionadas vêm sendo protagonizadas pela Junta de Freguesia de **Madalena**, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências através de ajuste directo; -----

Considerando, por último, a necessidade de garantir a conformidade material com o conteúdo formal do retrocitado Protocolo de Execução, passando a reforçar o Protocolo de Execução de **Madalena** para execução da obra; -----

Considerando ainda, que tal listagem é omissa relativamente à Delegação de Competências na referida Junta de Freguesia relativamente à "**Inclusão do IVA pela execução de Arruamentos na Freguesia**" no valor de 4.170,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na

Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta:----

a) Que seja autorizado o reforço da verba de **4.170,00€**, (**quatro mil cento e setenta euros**) no art. 1º do Protocolo de Execução celebrado entre este Município e a Junta de Freguesia da **Madalena**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o documento - Adenda ao referido Protocolo.-----

À Consideração Superior-----

Câmara Municipal de Chaves, 30 de Julho de 2008 -----

A Funcionária, -----

Maria das Graças -----

Em anexo: -----

Protocolo de Execução -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Madalena**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Nuno Miguel Pereira de Oliveira. -----
É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Madalena**, a execução das seguintes obras: -----

Inclusão do IVA pela execução de Arruamentos na Freguesia" no valorde 4.170,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Madalena**, no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Madalena**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **4.170,00 €**, (quatro mil cento e setenta euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, _____ de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(Nuno Miguel Pereira de Oliveira) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:**1. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, DA "BANDA MUNICIPAL FLAVIENSE "OS PARDAIS". REQ: SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. INFORMAÇÃO/ PARECER N.º 06/DAG/2008. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Preliminares -----

1. Mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves, e registado nos serviços administrativos da autarquia n.º 10523, datado do pretérito dia 24.07.2008, veio a Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros, solicitar parecer relativo às actividades desenvolvidas pela Associação em epígrafe, tendo como objecto a formação de um juízo mais completo sobre a sua relevância em termos de interesse geral. -----

2. Sobre o aludido ofício veio a recair despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara, no sentido de encaminhar o mesmo para o Departamento de Administração Geral, com vista à emissão de parecer.-----

3. Assim, dando cumprimento ao despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara supra identificado, cumpre-me informar, sobre o assunto, o seguinte: -----

II - Do Enquadramento Legal -----

1. O Regime Jurídico que regula o reconhecimento das Pessoas Colectivas de utilidade Pública encontra-se consagrado no DL n.º 460/77, de 07 de Novembro, alterado e republicado pelo DL n. 361/2007, de 13 de Dezembro. -----

2. Neste contexto, e de acordo com o nº3, do art.º 5, do DL n.º 460/77, de 07 de Novembro, alterado e republicado pelo DL n. 361/2007, de 13 de Dezembro, a entidade competente pode solicitar pareceres, complementares, a quaisquer entidade Pública ou Privada, para a instrução/fundamentação do pedido em análise. -----

3. Nesta conformidade, tal parecer, deverá, abordar os seguintes elementos, a saber: -----

- Mérito e modo das actividades desenvolvidas pela peticionaria; -
- Colaborações concretas com entidades públicas; -----
- Outros aspectos relacionados com a actividade da peticionaria que possam ser relevantes para a tomada de decisão. -----

III - Da análise do pedido -----

1. Após consultada à documentação relativa às Bandas que fazem parte do Concelho e muito particularmente, a Banda Municipal Flaviense "Os Pardais", foi possível observar que: -----

➤ Em reunião do Executivo Camarário de, 30 de Junho de 1944, foi deliberado por unanimidade atribuir à referida Banda o uso exclusivo da denominação "Municipal"; -----

➤ Na reunião do Executivo Camarário de 04 de Janeiro de 2000, foi deliberado por unanimidade condecorar a Banda Municipal Flaviense "Os Pardais", com a "Medalha de Mérito Grau Prata" aquando das comemorações dos seus 75 anos de existência, e pelos relevantes serviços prestados de âmbito Cultural, recreativo e artístico; -----

➤ Anualmente, é celebrado entre o Município de Chaves e a referida banda um protocolo, para a realização de vários concertos, e outras actividades, tendo como principal objectivo a divulgação e promoção das artes musicas juntos dos cidadãos do Concelho; -----

➤ Existe também uma parceria entre a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e a aludida Banda, que consiste na realização de concertos e no ensino da música, ou seja a Banda Municipal Flaviense "Os Pardais", tem em funcionamento uma escola de música que permite aos jovens que desejem aprender música que o façam de forma gratuita; -----

➤ Por último podemos destacar, também, entre as actividades desenvolvidas pela referida banda, a realização de Festival de Bandas Filarmónicas, procedendo desta forma à promoção e divulgação da música, em especial da música tradicional portuguesa; -----

2. Considerando o relevante conjunto de actividades desenvolvidas pela Banda Municipal Flaviense "Os Pardais", em prol da promoção e divulgação da música tradicional portuguesa, através da realização de vários concertos musicais, quer a nível Nacional quer a nível Internacional, destacando-se ainda a sua actividade formativa, em tal domínio, junto dos mais novos; -----

3. Assim, e pelas razões acima enunciadas julgo salvo melhor opinião estarem reunidos os pressupostos legalmente exigidos que permitam ao Município reconhecer o mérito das acções desenvolvidas pela Banda Municipal Flaviense "Os Pardais", em benefício da comunidade em que se integra e para às regiões vizinhas. -----

IV - Proposta -----

Em coerência com o teor das razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Sr. Presidente da Câmara a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião do executivo camarário, com vista a que o aludido órgão adopte deliberação consubstanciada no reconhecimento do mérito das acções desenvolvidas pela Banda Municipal Flaviense "Os Pardais", de acordo com as razões anteriormente expostas; -----

b) Dever-se-á dar conhecimento à Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros, nos termos do art. 68º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----
Chaves, 04 de Agosto de 2008 -----

O Director de Departamento de Administração Geral -----
(Dr. Marcelo Delgado) -----

Em anexo: -----

- Ofício da Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros datado do pretérito dia 21.07.2008; -----

- Histórico da Associação. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação/parecer supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

O Vereador, Dr. Luís Manuel Areias Fontes, não participou na análise, discussão e votação deste assunto, ausentando-se da sala. -

Regista-se a entrada na sala do Vereador Dr. Luís Manuel Areias Fontes retomando a sua participação na Reunião. -----

III
EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DSC. PARA CONHECIMENTO. ----
 Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º1. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2. PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR - ANO LECTIVO 2008/2009. INFORMAÇÃO N.º 274/DED/08 DE 2008-07-25. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Exposição -----

A proposta de alteração ao Regulamento do Programa de Atribuições de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, proposta na Informação n.º 219/DED do dia 29 de Maio de 2008, foi aprovada na reunião de Câmara do dia 16 de Junho de 2008 e posteriormente sancionada pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária, realizada no dia 25 de Junho de 2008. -----

Tendo sido realizados os procedimentos necessários para a aprovação, torna-se necessário a publicação do Regulamento supra citado através de Edital a afixar nos locais de estilo e na página oficial da Câmara Municipal; -----

Considerando que para se dar seguimento ao Programa Municipal de atribuição de bolsas de estudo para o Ensino Superior é necessário programar a calendarização das candidaturas para o ano lectivo 2008/2009; -----

Para o efeito e relativamente à calendarização de todo o processo de candidatura e avaliação dos processos candidatos à atribuição de bolsas de estudo, propõe-se o seguinte cronograma: -----

Procedimento	Data
Candidatura à atribuição de Bolsa de Estudo	15 de Setembro a 3 de Outubro de 2008
Apreciação das candidaturas	6 a 24 de Outubro de 2008
Divulgação da Lista Provisória das Bolsas atribuídas	7 de Novembro de 2008
Divulgação da Lista Definitiva das Bolsas atribuídas	11 de Dezembro de 2008

Relativamente ao valor das bolsas a atribuir e tendo em conta o ponto 4 do artigo 3º, do aludido regulamento, o montante a atribuir a cada candidato será provisório, uma vez que só depois das bolsas das Instituições de Ensino serem publicadas se poderá definir o valor definitivo. -----

II - Da Proposta -----

Atendendo ao exposto, tomo a liberdade de submeter à consideração de V. Ex^a. a seguinte proposta: -----

1. Que seja autorizada a calendarização proposta ao Programa Municipal de Atribuição de Bolsas ao Ensino Superior - ano lectivo 2008/2009 e publicação do respectivo Edital num jornal local, bem como a sua afixação nos lugares de estilo do Município. -----

2. Que a presente informação seja encaminhada para a próxima reunião de Câmara. -----

À consideração Superior. -----

A Técnica Superior -----

(Zuleika Alves) -----

Em anexo: - Minuta do Edital -----

MINUTA EDITAL Nº -----

JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES -----

Torna público que se encontram abertas as candidaturas de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, entre os dias 15 de Setembro a 3 de Outubro de 2008, para o ano lectivo de 2008/2009. --

Os candidatos podem consultar o respectivo Regulamento, o qual se encontra disponível no site da Câmara Municipal de Chaves, ou solicitá-lo na Divisão de Educação e Desporto, sita no Centro Cultural de Chaves. -----

A candidatura é efectuada em impresso próprio a fornecer pelo Município de Chaves. -----

Bolsa de estudo -----

1. Bolsa de estudo é uma prestação pecuniária, destinada à comparticipação dos encargos inerentes à frequência do ensino superior por estudantes economicamente carenciados do Concelho de Chaves, num ano lectivo. -----

2. O número de bolsas de estudo a atribuir pela Câmara Municipal de Chaves é no máximo até 20, em cada ano escolar. -----

3. O valor mensal máximo de cada bolsa de estudo é de €200,00 para jovens a estudar fora do concelho de Chaves e de €75,00 para os não deslocados do concelho de Chaves, no caso do candidato não auferir de mais nenhum tipo de Bolsa. -----

4. As bolsas de estudo têm uma duração máxima de 10 meses, correspondente ao ano escolar. -----

5. A bolsa de estudo é paga em prestações mensais. -----

Condições de Candidatura -----

Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que preenchem, cumulativamente, as seguintes condições: -----

a) Serem residentes no Concelho de Chaves há pelo menos 5 anos; ----

b) Terem ingressado no ensino superior com média igual ou superior a 14 valores; -----

c) Não serem detentores de licenciatura ou bacharelato; -----

d) Terem obtido aproveitamento escolar no ano anterior, tal como definido no nº 1, do artigo 8.º, do presente Regulamento, caso tenham estado matriculados no ensino superior no ano lectivo anterior àquele para que requerem a bolsa; -----

e) Não possuírem, por si só ou através do agregado familiar em que se integram, um rendimento mensal per capita superior ao salário mínimo nacional. -----

Apresentação da Candidatura -----

1.Tem legitimidade para se candidatar: -----

a) O estudante, quando for maior de idade; -----

b) O encarregado de educação, quando o estudante for menor. -----

2.A candidatura far-se-á mediante o preenchimento de um impresso próprio, que será facultado aos interessados pelo Sector da Juventude da Câmara Municipal de Chaves, acompanhado dos seguintes documentos: -----

a) Bilhete de identidade; -----

b) Atestado de residência, emitido pela Junta de Freguesia da área da sua residência; -----

c) Documento comprovativo da titularidade do curso do ensino secundário e da respectiva classificação (média); -----

d) Certificado de matrícula no ensino superior, em caso de ingresso, com especificação do curso; -----

e) Declaração do estabelecimento de ensino que frequentou no ano lectivo anterior, comprovando o aproveitamento escolar, e certificado de matrícula com especificação do curso e ano quando se tratar de estudantes já integrados no ensino superior; -----

f) Fotocópia da última declaração de I.R.S. e/ou I.R.C., referente a todos os elementos do agregado familiar; -----

g) Documentos comprovativos dos rendimentos auferidos por cada membro do agregado familiar passado pela entidade patronal ou pela Segurança Social; -----

h) Declaração de bens patrimoniais do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência; -----

Critérios de selecção -----

São consideradas, pela ordem que se indica no presente artigo, como condições preferenciais na atribuição das bolsas de estudo: -----

a) Menor rendimento per capita do agregado familiar; -----

b) Em caso de igualdade nos termos da alínea anterior, será considerado o melhor aproveitamento escolar; -----

c) Se tal igualdade, ainda persistir, será considerada a melhor média de classificação final nos últimos três anos; -----

d) Mantendo-se a igualdade nos termos das alíneas anteriores, dar-se-á preferência aos filhos dos naturais do Concelho e, de entre estes, aos mais novos. -----

Lista Provisória e Lista definitiva -----

1.Analisadas as candidaturas e feita a selecção dos candidatos a bolseiros será elaborada uma lista provisória que será enviada aos candidatos por carta registada com aviso de recepção. -----

2.No prazo de 10 dias a contar da data da recepção da carta enviada com a lista provisória, poderá qualquer concorrente reclamar da mesma, por escrito. -----

3.Findo o período de reclamação, será elaborada a lista definitiva, devidamente fundamentada, a submeter à Câmara Municipal para deliberação. -----

4.A lista definitiva dos beneficiários da bolsa de estudo será afixada nos lugares do costume e disponibilizada no site oficial da Câmara Municipal de Chaves, com valores provisórios da bolsa atribuída a cada candidato, até a apresentação das declarações de bolsas de estudo das Instituições de Ensino superior serem apresentadas. -----

Para constar, e inteiro conhecimento de todos, se publica o presente Edital, que vai ser afixado nos lugares do costume. -----
 E eu, _____ Sandra Cristina de Barros Monteiro Lisboa Dias Delgado, Chefe de Divisão Administrativa e de Serviços Jurídicos, no uso de competências subdelegadas pelo Director de Departamento de Administração Geral, o subscrevi. -----
 Chaves e Paços do Concelho, ____ de _____ de 2008 -----
 O Presidente da Câmara Municipal -----
 (Dr. João Batista) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DRA. LÍDIA PINTO DE 2008.07.25. -----

Visto. À consideração do Director de Departamento. -----

DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2008.07.25. -----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Presidente. -----

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA NA AUSÊNCIA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2008.07.29. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. DIA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE - 12 DE AGOSTO. INFORMAÇÃO N.º 275/DSC/2008 DE 2008-08-30. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

A Assembleia-Geral das nações Unidas na sua resolução 54/120 de 17 de Dezembro de 1999, endossou a recomendação feita pela Conferência Mundial de Ministros responsável pela Juventude que declarou o dia 12 de Agosto como o Dia Internacional da Juventude. -----

Considerando a Resolução 54/120 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, onde é declarado o dia 12 de Agosto como o Dia Internacional da Juventude, propõe-se uma série de valências que possam consagrar este Dia, de forma efectiva e com impacto local junto dos jovens. --
 Pretende-se assinalar um dia diferente em que se possa efectivamente comemorar o Dia Internacional da Juventude, não com uma simples comemoração local e ocasional, mas sim com uma institucionalização do dia de uma forma efectiva. -----

Para a comemoração deste dia, sugerimos a colaboração de alguns serviços do Município de Chaves, tal como a Biblioteca Municipal e Museu, Associação Chaves Viva, Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos e a Escola de Artes e Ofícios, para juntos proporcionarem aos jovens, com idades compreendidas entre os 12 e os 25 anos, as seguintes valências: -----

- Entrada gratuita no Museu; -----
 - Desconto de 50% na Piscina do Rebentão; -----
 - Bilhetes gratuitos na utilização dos STUC (Serviços de transporte urbanos de Chaves); -----
 - Realização de um dia de artes diversas (Dança, Canto, Expressão plástica, Pintura, etc) por parte da Escola de Artes e Ofícios. ----
- De forma a divulgar convenientemente esta acção conjunta, deverá proceder-se à sua divulgação mediante afixação de cartazes, spots

publicitários na rádio e concepção de t-shirts alusivas ao dia. Este encargo assume uma despesa estimativa de € 750 (setecentos e cinquenta euros), IVA incluído., assim distribuída: -----

- Aquisição de t-shirts alusivas ao dia em causa; -----

- Despesas com informação (cartazes e restante publicidade) -----

Caso a proposta mereça anuência positiva por parte de V. Ex^a. propõe-se o seguinte: -----

a)- O seu encaminhamento para a próxima reunião de Câmara; -----

b)- O envio de uma cópia da presente informação às Instituições mencionadas de forma a viabilizar a colaboração entre elas. -----

A presente despesa tem cabimento na rubrica orçamental 02.02.17.03.

À consideração superior. -----

A Técnica Superior -----

(Zuleika Alves) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DRA. LÍDIA PINTO NA AUSÊNCIA DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL, DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2008.07.30. -----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Vice-Presidente, na ausência do Vereador e do Presidente. -----

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA NA AUSÊNCIA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.07.30. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PROPOSTA PARA ISENÇÃO DE TAXAS NO EVENTO "MODALFA FASHION DREAM". INFORMAÇÃO N.º 277/DC/2008 DE 08.07.29. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Dando sequência ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido desde 2005, no âmbito do projecto Modalfa Fashion Dream, que percorreu com assinalável êxito o país com castings e desfiles de moda ao mais alto nível e à semelhança do ano transacto, a cidade de Chaves pretende acolher esta iniciativa calendarizando a sua realização para dia 27 de Agosto de 2008. -----

No sentido de responder eficazmente ao solicitado pela empresa que realizará o casting, será necessário reservar um espaço no centro da cidade, para que a iniciativa tenha visibilidade e seja de fácil acesso ao público-alvo, preferencialmente jovem; -----

Considerando que o espaço que melhor serve os interesses das partes envolvidas é o Parque de Estacionamento do Jardim do Tabolado, uma vez que será necessário a montagem, da responsabilidade da empresa, de: -----

- 1 Tenda Insuflável de 12m x 12m com cerca de 7m de altura; -----

No interior da tenda -----

- 1 Palco com 3m x 6m com 30 cm de altura; -----

- 1 Balcão de inscrições com 5m x 1m; -----

- 1 Plasma e 1 DVD; -----

- 1 Camarim técnico com 1,60m x 3,20 com 3,20 de altura; -----

- 1 Cabine de DJ; -----

- 2 Postos de Internet (com mesa, monitor, pc e rato) -----

- 2 Truss com 5m x 3m com 4m de altura para colocação de telas decorativas. -----

Pelo profissionalismo que exige, pelo prestígio que impõe, pela dinâmica que gera e pelo público que mobiliza, este evento tem como finalidades: -----

- A consagração de Chaves como centro de grande expressão cultural e vitalidade criativa; -----

- Estabelecer um clima de proximidade, interactividade e envolvimento da população local com o mundo da moda; -----

- Mobilizar a camada jovem oferecendo uma variedade de acções que servirá de referência, inspiração e motivação para uma possível carreira na área da moda e /ou representação. -----

Toda a promoção e divulgação do evento bem como todas as estruturas e staff a envolver caberá à organização do modalfa fashion dream. --

Face ao proposto, submeto à consideração de V. Exa. o seguinte: ----

a) Autorização para a realização do evento em causa, no local proposto, com cedência de espaço de 15m x 15m, no dia 27 de Agosto, com entrada de camião para descargas de estruturas e equipamento a envolver nos castings. A montagem será feita da parte da manhã e a desmontagem no final do dia; -----

b) Autorização para instalação de estruturas e equipamentos inerentes à realização dos castings; -----

c) Solicita-se ainda, no caso de vir a ser superiormente autorizado o evento em causa, a autorização da isenção de pagamento de taxas municipais, visto ser do interesse público, sendo este assunto encaminhado à próxima reunião do executivo municipal para deliberação. -----

À Consideração Superior. -----

A Técnica Superior, -----

(Cláudia Araújo) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, DRA. LÍDIA PINTO NA AUSÊNCIA DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2008.07.29. -----

Visto. A presente informação está de acordo com as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. -----

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA NA AUSÊNCIA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2008.07.29. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. ANO LECTIVO 2008/2009 - VERBAS PARA AUXÍLIOS ECONÓMICOS, EXPEDIENTE E LIMPEZA, TINTEIROS E OUTRAS DESPESAS. INFORMAÇÃO N.º280/DED/2008 DE 2008/07/30. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais -----

No sentido de organizarmos o ano lectivo 2008/2009 em matéria de verbas para auxílios económicos, expediente e limpeza, tinteiros e outras despesas, importa aprovar os montantes a atribuir de forma a que sejam transferidas atempadamente as verbas, logo no início das actividades lectivas, para os respectivos Agrupamentos de Escolas.--
Considerando que na reunião do Conselho Municipal de Educação,

realizada no passado dia 17 de Julho e de acordo com a alínea e), do nº1, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, que refere que compete ao Conselho Municipal de Educação deliberar sobre a adequação das diferentes modalidades de acção social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios sócio-educativos, o Senhor Vice Presidente da Câmara, Arq. António Cabeleira, em representação do Senhor Presidente do Conselho Municipal, apresentou os valores previstos para o próximo ano lectivo, referentes à acção social escolar, tendo merecido, por parte dos membros presentes, o parecer favorável. -----

Assim, e de acordo com a alínea d), do nº4, do Artigo 64º, da Lei nº 169/99 e ulteriores alterações, em que compete à Câmara Municipal deliberar em matéria de Acção Social Escolar, designadamente no que respeita à alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes, propõe-se a V. Exa o seguinte: -----

a) Aprovação dos seguintes valores para o ano lectivo 2008/2009 em matéria de auxílios económicos, expediente e limpeza, tinteiros e outras despesas para a Educação Pré- Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico; -----

VERBAS PARA AUXÍLIOS ECONÓMICOS-----

Escalão A ----- 60.00€

Escalão B ----- 30.00€

Verbas a disponibilizar numa só prestação, mediante o número de escalões atribuídos aos alunos pelos Agrupamentos. -----

VERBAS PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA -----

Por turma e número de alunos -----

10 a 15 alunos ----- 250.00€

16 a 20 alunos ----- 278.00€

mais de 21 alunos ----- 306.00€

Verbas a disponibilizar em duas prestações - Setembro e Fevereiro --

VERBAS PARA TINTEIROS-----

60.00€ /tinteiro -----

1º Ciclo -----

Até 15 alunos - 1 tinteiro -----

Mais de 15 alunos - 2 tinteiros -----

Pré - escolar -----

1 Tinteiro por sala de Jardim de Infância -----

Esta verba é disponibilizada aos Agrupamentos em duas prestações, juntamente com as verbas para expediente e limpeza e será gerida pelos mesmos. -----

VERBAS PARA OUTRAS DESPESAS -----

Aquisição de gás -----

Agrupamento Vertical Nadir Afonso - 1 800,00€ -----

Agrupamento Vertical Dr. Francisco Carneiro - 1 000,00€ -----

Agrupamento Vertical de Vidago - 200,00 € -----

Apoiar o funcionamento de salas extras (refeições e actividades extracurriculares) -----

100,00 € por Sala Extra -----

Agrupamento Vertical Dr. Francisco Gonçalves Carneiro - 800,00€ ----

Agrupamento Vertical Nadir Afonso - 1100,00 € -----

Agrupamento Vertical de Vidago - 200,00 € -----

Estas verbas serão disponibilizadas aos Agrupamentos em duas prestações, juntamente com as verbas para expediente e limpeza e serão geridas pelos mesmos. -----

À consideração superior. -----

A Chefe de Divisão de Educação e Desporto -----

(Dra. Lúcia Pinto) -----
DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA NA AUSÊNCIA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2008.07.30. -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. BIENAL DE ARTE DE CHAVES 2008 - AJUSTE DIRECTO/ALTERAÇÃO À ESTIMATIVA INICIAL. INFORMAÇÃO/PARECER N.º 15/DGFEP/08. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais -----

I - Enquadramento: -----

1. Considerando que, com recurso à figura de Ajuste Directo, previsto na alínea d) do n.º1 do art.º 86, do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho, foi adjudicada a prestação de serviços referente à "Aquisição de três esculturas em madeira e respectivos trabalhos complementares", inseridos na acção "Bienal de Arte de Chaves - 2008", à Cooperativa Árvore - Cooperativa de Actividades Artísticas C.R.L., pelo valor de 60.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

2. Considerando que a referida adjudicação e respectiva aprovação da minuta do contrato foi objecto de deliberação do órgão executivo em sua reunião ordinária realizada em 21/05/2008, nos termos do art.º 18 do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho; -----

3. Considerando que, mediante informação n.º279 de 29/07/2008, proveniente do Departamento Sócio-Cultural, foi dada a conhecer a necessidade em promover uma alteração à estimativa inicial do contrato, motivada pela substituição de uma edição de desdobráveis por uma edição de catálogos da exposição colectiva de Artistas Flaviense, resultando um valor adicional de 1.534,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

II - Proposta: -----

1. Face ao exposto e verificando-se que o valor global da aludida prestação de serviços resultou em 61.534,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e não nos 60.000,00€ previstos no contrato, propõe-se: -----

a) Que seja promovida a competente adenda ao contrato destinado a incorporar o valor adicional à prestação de serviços em causa; -----

b) Que, nos termos do disposto n.º1 do art.º21, do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho, seja a referida adenda do contrato, submetida à próxima reunião do órgão executivo, para aprovação. -----

Chaves, 31 de Julho de 2008 -----

A Chefe da Divisão de Financeira -----

(Dr.ª Márcia Santos) -----

ADENDA AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA "AQUISIÇÃO DE TRÊS ESCULTURAS EM MADEIRA, E RESPECTIVOS TRABALHOS COMPLEMENTARES, INSERIDOS NA BIENAL DE ARTE DE CHAVES 2008". -----

• Considerando que no passado dia 05 de Junho de 2008, foi celebrado um Contrato de Prestação de Serviços para "Aquisição de três esculturas em madeira, e respectivos trabalhos complementares, inseridos na Bienal de Arte de Chaves 2008", com o co-contratante

Árvore - Cooperativa de Actividades Artísticas C.R.L., na precedência de Ajuste Directo; -----

• Considerando que, na sequência da Informação/Proposta nº 15/08 de 31 de Julho de 2008 da Divisão de Gestão Financeira Económica e Patrimonial precedida da Informação nº 279/08 de 29 de Julho de 2008 da Divisão da Cultura, foi dada a conhecer a necessidade de promover uma alteração à estimativa inicial do contrato, motivada pela substituição de uma edição de desdobráveis por uma edição de catálogos da exposição colectiva de Artistas Flaviense, resultando um valor adicional de € 1 534,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

Assim: -----

Entre: -----

PRIMEIRO: -----

MUNICÍPIO DO CONCELHO DE CHAVES, titular do Cartão de Pessoa Colectiva de Direito Público Nº 501205551, com sede em Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, casado, natural da freguesia de Vila da Ponte, Concelho de Montalegre, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

E -----

SEGUNDO: -----

Como segundo outorgante, **Árvore - Cooperativa de Actividades Artísticas C.R.L.**, Pessoa Colectiva nº 500317186, com sede na Rua Azevedo de Albuquerque, nº1, 4050 - 076 Porto, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Porto, com o capital social de 69 750,59 euros, neste acto legalmente representada por Amândio Fernandes Secca, casado, natural de freguesia de Cedofeita, concelho do Porto, residente na Rua de Santos Pousada, Nº 640 - 1, 4000 Porto titular do Bilhete de Identidade nº 1792619, emitido em 01/07/2003 pelos S.I.C. do Porto, NIF 124467172, na qualidade de Presidente da Direcção e por José Emídio Cardoso Rodrigues da Silva, casado, natural da freguesia de Matosinhos, concelho do Porto, residente em Felgueira - Alto do Adão - S. Tiago de Riba-UI - 3720 Oliveira de Azeméis, titular do Bilhete de Identidade nº 3322799, emitido em 19/02/2002, pelos SIC de Lisboa, NIF 156328925, na qualidade de Vice-Presidente da Direcção, conforme documento em anexo. -----

É celebrada a presente adenda ao contrato supra identificado, passando a cláusula 3ª a ter a seguinte redacção: -----

Cláusula 3ª -----

Preço e condições de pagamento -----

1. O encargo total do presente contrato, é de € 61 534,00 (sessenta e um mil, quinhentos e trinta e quatro euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2. Os pagamentos do encargo mencionado no número anterior deverão ser efectuados da forma a seguir discriminada, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante: -----

- 30% - Aquando da adjudicação -----

- 70% - Aquando do final dos trabalhos -----

Em tudo o mais mantém-se o clausulado do referido contrato. -----

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Chaves, ... de Agosto de 2008 -----

DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 01.08.08. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Dr. Luís Manuel Areias Fontes e Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, concordar com a informação supra, tendo o Sr. Presidente da Câmara usado o Voto de Qualidade. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Sobre este assunto, os Vereadores do Partido Socialista, apresentaram a seguinte declaração: -----

"Os Vereadores do Partido Socialista, votam contra esta proposta, em coerência com a posição já anteriormente manifestada, aquando da aprovação da proposta inicial sobre a matéria." -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À "TAMAGANI-ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS PLÁSTICOS ALTO TÂMEGA E VAL DE MONTERREI". PROPOSTA Nº 72/GAPV/08. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais -----

I - Da Exposição de Motivos -----

A Associação de Artistas Plásticos Alto Tâmega e Val de Monterrei - TAMAGANI, tem prevista a realização de várias actividades no ano de 2008, cuja organização é da sua responsabilidade, com o objectivo de divulgar as várias modalidades de artes plásticas. -----

Considerando que sem a colaboração das diversas instituições esta Associação teria alguma dificuldade em, por si só, suportar as despesas inerentes à realização de eventos. -----

Considerando que os eventos, de natureza lúdica e cultural, constituem um factor de aproximação de diferentes povos, culturas e civilizações. -----

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, podem os municípios, no feixe das suas atribuições, prosseguir actividades no domínio, entre outros, da promoção da educação, cultura, desporto e acção social; -----

Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea a) do número 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar ou participar, pelos meios adequados, actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, e recreativa. ---

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

Apoiar financeiramente a "TAMAGANI - Associação de Artistas Plásticos do Alto Tâmega e Val de Monterrei", com o montante de € 4.000,00€ (Quatro Mil Euros), com vista a participar nas iniciativas promovidas por esta Associação; -----

Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade responsável; -----

Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo Camarário, dever-se-á: -----
 o promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e em Boletim Municipal; -----
 o remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização; -----
 b) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte classificação económica: 04.07.01.01. -----
 Chaves, 04 de Agosto de 2008 -----
 O Presidente da Câmara -----
 (João Batista) -----
DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

V

ACÇÃO SOCIAL:

VI

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

2.1. HABITAÇÃO UNIFAMILIAR - PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE - FLAVINVESTES - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO - SITO NO LUGAR DA PEDREIRA - FREGUESIA DE VILAR DE NANTES - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA SRA. ENGENHEIRA CIVIL MARIA JOÃO SANTOS TEIXEIRA CHAVES DATADA DE 2008/07/30. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

INTRODUÇÃO -----

Vem a requerente, na qualidade de proprietária, solicitar a emissão de Certidão de destaque¹, de uma parcela de terreno pertencente a um prédio, com descrição na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 1648/20080616 e inscrito na matriz da Freguesia de Vilar de Nantes sob o nº1421, com área total de 866,00m². -----

PARECER -----

- O terreno tem na sua totalidade, 866 m² e está inserido em classe 1
- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal. Ambas as parcelas resultantes do destaque, dada a inserção urbanística no plano, tem um I_c=0,5. -----
- A área da parcela a destacar é de 433.00 m² prevendo-se para o local a construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar

¹ Ponto 9 do artigo 6 do RJUE - A certidão emitida pela câmara municipal, comprovativa da verificação dos requisitos do destaque, constitui documento bastante para efeitos de registo predial da parcela destacada. -----

de R/C+andar com área de implantação de 106m² e uma área bruta de construção de 212.00m². -----

A parcela sobrança (mãe) com a área de 433.00 m², está igualmente inserida em espaço Urbano e Urbanizável, categoria 1.3 - Outros Aglomerados donde a área bruta de construção máxima possível e a erigir será de 0,5x433.00 m²=217.00m². -----

- A área bruta de construção estimada, para a parcela mãe é de 260.00 m² e diz respeito ao que pode a vir a ser construído, na área inserida na categoria U3 - Outros Aglomerados. Resulta um índice de construção de 0.49 m²/m² = (260.00m² /525.00 m²) < 0.5 m²/m² (índice de construção do local); -----

- As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamento público; -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

- Pelo supra descrito o pedido formulado pelo requerente reúne os requisitos constantes do disposto no art. 6, n.º4, do RJUE . -----
Assim, emite-se parecer favorável à emissão da certidão de destaque de acordo com o solicitado, sob requerimento n.º 2449/08. -----
À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2008/07/31. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA DE 2008.07.31. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido da requerente, nos precisos termos da informação técnica supra. Proceda-se à emissão da respectiva certidão de destaque. Notifique-se. -----

2.2. PEDIDO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ N.º 2/2007 - FERNANDO DAMAS ALVES - SITO NO LUGAR DE TERREIRO DO MONTE, OUTEIRO JUSÃO, FREGUESIA DE SAMAIÕES - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CONCEIÇÃO FERNANDES REI DATADA DE 2008/07/28. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1-INTRODUÇÃO -----

Através do requerimento registado no Departamento de Planeamento e Desenvolvimento com o n.º 1222/08, em 27-03-2008, o promotor solicita a recepção provisória das obras de urbanização tituladas pelo alvará n.º 2/2007. -----

2-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO ----

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos: -----

2.1-Marcação para o dia 6 de Maio de 2008, de uma vistoria técnica às obras de urbanização, tituladas pelo alvará de loteamento n.º 2/2007. -----

2.2-Notificação do promotor e do director técnico das obras de urbanização, a fim de o primeiro integrar a comissão de vistorias e entregar o livro de obra e os documentos comprovativos da boa e

regular execução da rede de distribuição de gás e o segundo assistir à vistoria. -----

2.3-No processo já constam os pareceres, a seguir mencionados, relativos à execução das obras de urbanização, os quais devem ser dados a conhecer ao requerente: -----

-Relatório de Ensaio de Resistência Mecânica e telas finais enviado (as) pela Duriensegás em 20-05-2008 sob o Fax nº 602, registado nesta autarquia naquela data. -----

-Parecer da Divisão de Abastecimento Público, relativo à execução das obras de telecomunicações, datado de 04-06-2008. -----

2.4-Sendo presentemente da competência da RESAT - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A, a recolha de resíduos e a distribuição de tais recipientes pelas artérias do concelho de Chaves, o requerente apresentou² naquela sociedade anónima o contentor do lixo previsto para esta urbanização. -----

2.5-A EDP-Distribuição, até à presente data não emitiu qualquer parecer. -----

3-PROPOSTAS DE DECISÃO -----

Tendo em consideração o teor do Auto de Vistoria, elaborado em 06-05-2008 e os pareceres mencionados nos itens 2.3 e 2.4 da presente informação técnica, propõe-se ao Executivo que adopte a seguinte resolução. -----

3.1-Que, nos termos do nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na sua versão final, a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de recepção provisória das obras³ de urbanização, inerentes aos Arruamentos, às Redes de Abastecimento de Água, e de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, Telecomunicações e Diversos, orçados no montante de 75 434,05 €. -----

3.2-De acordo com o disposto na alínea b) do nº 4 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 555/99, delibere reduzir o valor da caução, referente aos trabalhos, objecto de recepção provisória e da rede de distribuição de gás, estes últimos orçados no montante de 11 032,75 €. -----

3.3-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no artigo 24º do diploma legal supra referido, dever-se-á comunicar à Caixa Geral de Depósitos que, a garantia bancária (Operação nº 00350501001973593), emitida em 26-02-2007, no valor de 97 752,65 €, poderá ser reduzida para o montante de € 22 078,68 (vinte e dois mil e setenta e oito euros e sessenta e oito cêntimos). -----

À Consideração Superior -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2008/07/31. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA DE 2008.07.31. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

² Veja-se o ofício registado nesta autarquia com o nº 9779 em 10-07-2008. -----

³ Fiscalizadas pela Divisão de Empreitadas. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO - PEDIDO DE ADITAMENTO - FLAVITUR, S.A. - SITO NO SANTO AMARO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DO ARQ. LUÍS MIGUEL FERREIRA SANTOS, DATADA DE 2008/08/04. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1 - INTRODUÇÃO -----

1.1 A FLAVITUR - Sociedade de Empreendimentos da Região de Chaves, na qualidade de proprietário do lote nº 1, que derivaram do loteamento titulado pelo alvará nº 3/2006, através de requerimento n.º 2017/08 com registo de entrada datado de 04/06/2008, apresentou um pedido de alteração à licença da operação de loteamento titulado pelo alvará retro citado, sito no Santo Amaro, freguesia Santa Maria Maior, no Concelho de Chaves. -----

2 - INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

O pedido encontra-se instruído com os seguintes elementos: -----

- Requerimento inicial; -----
- Certidões da conservatória do registo predial apresentadas em cede de atendimento ao público; -----
- Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto de arquitectura; -----
- Termo de responsabilidade do técnico coordenador de projectos; ---
- Declaração de inscrição na ordem dos arquitectos do técnico autor do projecto; -----
- Memória descritiva e justificativa explicando as alterações; -----
- Peças desenhadas à escala 1/500: -----
- Planta Síntese, perfis -----
- Planta de Áreas de Cedência ao Domínio Público -----
- Fichas do lote n.º 1 -----
- Peças desenhadas e escritas em suporte informático -----

3 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

3.1 No Regime Jurídico -----

Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei 555/99, alterado e republicado pela Lei n.º 60/07 de 4/09, o pedido do interessado enquadra-se numa alteração à licença de operação de loteamento titulada pelo alvará nº 03/2006 emitido em 29/07/2006, em nome de FLAVITUR - Sociedade de Empreendimentos da Região de Chaves S.A. ---

3.2. Nos Instrumentos de Planeamento Territorial: -----

3.2.1. Segundo a Planta de Ordenamento nº 34A do Plano Director Municipal de Chaves, o loteamento titulado pelo alvará nº 03/2006 insere-se num espaço de classe 1 (Espaços Urbanos e Urbanizáveis), da categoria 1.1 (Cidade de Chaves). -----

3.2.2. Segundo a Planta de Condicionantes nº 34A do Plano Director Municipal de Chaves, sobre o terreno não impende nenhuma servidão nem restrição de utilidade pública. -----

3.2.3. Constata-se o cumprimento do Plano Director Municipal e dos estudos do Plano de Urbanização de Chaves, usados para o efeito de limitação das zonas previstas no n.º1 do artigo 73.º do Regulamento do P.D.M. (os parâmetros urbanísticos do alvará inicial mantêm-se inalteráveis) -----

4 - ANÁLISE DO PEDIDO -----

4.1. Com o presente pedido, o requerente pretende alterar as especificações à operação de loteamento, titulada pelo alvará n.º 3/2006 e introduzir as alterações a seguir referidas, que resultaram da análise das peças escritas e desenhadas constantes no processo administrativo, registado com o n.º 3/04 e do loteamento supra citado, nomeadamente: -----

4.1.1. - Alteração do n.º de fogos no lote n.º 1 -----

- Diminuição do numero de fogos no lote n.º 1 (duas unidades), passando de 14 fogos para 12 fogos. -----

4.1.2. - Alteração da área destinada a Habitação (habitação colectiva) no lote n.º 1 -----

- Diminuição da área destinada a Habitação (habitação colectiva) no lote n.º 1 (198,00m2), passando de 1846,00m2 para 1648,00m2

4.1.3. - Alteração da área destinada a lojas Comerciais no lote n.º 1 -----

- Diminuição da área destinada a lojas Comerciais no lote n.º 1 (52,00m2), passando de 279,00m2 para 227,00m2 -----

4.1.4. - Alteração do n.º de Serviços no lote n.º 1 -----

- Aumento do numero de serviços no lote n.º 1 (uma unidade), passando de 0 serviços para 1 serviço. -----

4.1.5. - Alteração da área destinada a Serviços no lote n.º 1 -----

- Aumento da área destinada a Serviços no lote n.º 1 (250,00m2), passando de 0,00m2 para passando de 250,00m2 -----

4.1.6 - Em síntese, a alteração consubstancia: -----

- Diminuição total do número de fogos de 2 unidades, passando de 14 para 12 fogos. -----

- Diminuição da área destinada a Habitação (habitação colectiva) de 198,00m2, passando de 1846,00m2 para de 1648,00m2. -----

- Diminuição da área destinada a lojas Comerciais de 52,00m2, passando de 279,00m2 para 227,00m2 -----

- Aumento do número total de Serviços em 1 unidades, passando de 0 para 1 serviços, com área de 250,00m2. -----

4.2. O estudo apresentado apenas pretende alteração das tipologias e criação de um serviço, redistribuindo as áreas destinadas à habitação comercio e serviços no lote n.º 1, mantendo inalteráveis as áreas de construção e implantação. Neste sentido a área de construção a contabilizar para efeitos do cálculo do índice de construção mantêm-se. -----

4.3. Os quadros sinópticos que seguir se apresentação exemplificam as alterações introduzidas pelo requerente em relação ao alvará inicial: -----

Quadro sinóptico do Alvará de loteamento n.º 3/2006 -----

ÁREA TERRENO		2671 m2
ÁREA DO LOTE		2245 m2
ÁREA A INTEGRAR NO DOMÍNIO PÚBLICO		426 m2
ÁREA DE IMPLANTAÇÃO		998 m2
ÁREA DE TOTAL DE CONSTRUÇÃO		2605 m2
ÁREA DE HABITAÇÃO (HABITAÇÃO COLECTIVA)		1846 m2
ÁREA DE COMÉRCIO		279 m2
ÁREA DE GARAGENS (EM EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO COLECTIVA)		480 m2
LUGARES DE ESTACIONAMENTO (PRIVADOS)		23 Lug.
LUGARES DE ESTACIONAMENTO (PÚBLICOS)		10 Lug.
NÚMERO DE FOGOS		14 Lug.
TIPOLOGIA	T1	1 uni.
	T2	10 uni.
	T3	3 uni.
NÚMERO DE LOJAS		5 uni.

EDIFICABILIDADE (calculada de acordo com o disposto no artigo 9.º do Regulamento do Plano Director Municipal)		2125 m2
ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO GERAL (%)	At 2671 m2	27 %
	Ai 998 m2	
ÍNDICE DE CONSTRUÇÃO GERAL (m2/m2)	At 2125 m2	0,8m2/m2
	Ai 2671 m2	

N.º LOTE	ÁREAS PARCIAIS								N.º FOGOS LOJAS
	LOTE	IMPLANTAÇÃO	CONSTRUÇÃO	USO	RÉS/CHÃO	1.º ANDAR	2.º ANDAR	3.º ANDAR	
1	2245m2	998m2	2605m2	Garagem	480m2	----	----	----	----
				Comércio	279m2	----	----	----	5
				Habitação	100m2	706m2	522m2	518m2	12
ÁREAS TOTAIS	2245m2	998m2	2605m2		859m2	706m2	522m2	518m2	

Quadro sinóptico do 1.º pedido de alteração à licença -----

ÁREA TERRENO		2671 m2
ÁREA DO LOTE		2245 m2
ÁREA A INTEGRAR NO DOMÍNIO PÚBLICO		426 m2
ÁREA DE IMPLANTAÇÃO		998 m2
ÁREA DE TOTAL DE CONSTRUÇÃO		2605 m2
ÁREA DE HABITAÇÃO (HABITAÇÃO COLECTIVA)		1648 m2
ÁREA DE COMÉRCIO		227 m2
ÁREA DE SERVIÇOS		250 m2
ÁREA DE GARAGENS (EM EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO COLECTIVA)		480 m2
LUGARES DE ESTACIONAMENTO (PRIVADOS)		22 Lug.
LUGARES DE ESTACIONAMENTO (PÚBLICOS)		10 Lug.
NÚMERO DE FOGOS		12 Lug.
TIPOLOGIA	T1	2 uni.
	T2	4 uni.
	T3	5 uni.
	T4	1 uni.
NÚMERO DE LOJAS (comercio + serviços)		6 uni.
EDIFICABILIDADE (calculada de acordo com o disposto no artigo 9.º do Regulamento do Plano Director Municipal)		2125 m2
ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO GERAL (%)	At 2671 m2	27 %
	Ai 998 m2	
ÍNDICE DE CONSTRUÇÃO GERAL (m2/m2)	At 2125 m2	0,8m2/m2
	Ai 2671 m2	

N.º LOTE	ÁREAS PARCIAIS								N.º FOGOS LOJAS
	LOTE	IMPLANTAÇÃO	CONSTRUÇÃO	USO	RÉS/CHÃO	1.º ANDAR	2.º ANDAR	3.º ANDAR	
1	2245m2	998m2	2605m2	Garagem	480m2	----	----	----	----
				Comércio	227m2	----	----	----	5
				Serviços	67m2	183m2	----	----	1
				Habitação	85m2	523m2	522m2	518m2	12
ÁREAS TOTAIS	2245m2	998m2	2605m2		859m2	706m2	522m2	518m2	

4.4 No que se refere às áreas de cedência ao domínio público municipal, a promotora a quando da emissão do título referente ao alvará de loteamento n.º 3/2006 apenas cede as áreas necessárias à implementação das infra-estruturas viárias, assim como para alargamento do Largo de Santo Amaro, perfazendo uma área de 426,00m2. No entanto o município foi compensado pelas áreas não cedidas para espaços verdes e de utilização colectiva (508,85m2) e equipamentos de utilização colectiva (608,17m2). ----- Neste enfoque são mencionadas no Quadro I, as áreas de cedência ao domínio público resultantes das alterações introduzidas, de acordo com o estipulado na Portaria n.º 216-B/2008 de 3 de Março: -----

Áreas de Cedência	1- Resultantes das alterações	2 – Alvará loteamento N.º 3/2006	3-Diferença (2-1)
	518,09m2	508,85m2	- 9,24m2

Para espaços verdes e/ou de utilização colectiva			
Para espaços públicos – Infra-estruturas (arruamentos, passeios, estacionamento e baías)	426,00m ²	426,00m ²	0,00m ²
Para equipamentos de utilização colectiva	599,93m ²	608,17m ²	+8,24m ²
Total	1.544,02m²	1.543,02m²	1,00m²

4.5 Uma vez que não há previsão de áreas de cedência destinadas a equipamentos de utilização colectiva⁴, ao domínio público municipal, deverá o requerente compensar o município pelas áreas não cedidas para esses fins, sendo este valor calculado a partir da aplicação do artigo 67º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e Tabela de Taxas e Licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas e da Tabela XIX anexa a este, e plasmado no quadro II: Quadro II -----

L	K	A	V	C= $\frac{LK \times A(m^2) \times V}{2}$	C= 56,75 €
0,90	0,20	1,00	630,50		

O valor da compensação ao Município será de 56,75 € (Cinquenta e seis euros e setenta e cinco centavos). -----

4.6 Segundo os parâmetros de dimensionamento definidos na Portaria n.º 216-B/2008 de 3 de Março, no que respeita ao estacionamento derivado das alterações pretendidas, verifica-se que, embora estejam previstos mais 4 lugares de estacionamento privado do que os exigíveis para a habitação colectiva assim como 6 lugares de estacionamento público, relativamente ao número mínimo exigível pela citada Portaria, verifica-se que, quanto ao estacionamento necessário para servir o comércio e serviços, faltam 8 lugares conforme se expressa no quadro III seguinte: -----

		Lugares de estacionamento exigíveis (1)	Lugares de estacionamento previstos (2)	Diferença (2-1)
Habitação	Privado	18	18	0
	Público	4	10	6
Comércio		8	---	-8
Serviços	Privado	8	4	-4
	Público	2	---	-2
Total		40	32	-8

4.7. No que respeita aos lugares de estacionamento em falta consequentes das alterações pretendidas, e no seguimento do mesmo princípio enunciado na informação⁵ da D.O.T.P.U. de 20/10 de 2004,

⁴ ⁴ E não existir previsão de localização, a nível de plano, de equipamentos e/ou espaços deste tipo neste local. -----

⁵ ⁵ "Considerando não haver espaço disponível na urbanização em causa para a introdução do lugar de estacionamento em falta (apenas uma unidade), verifica-se poder ultrapassada esta questão, uma vez existir uma baía de estacionamento com capacidade para 9 lugares a nascente dos edifícios propostos, mais concretamente no Largo de Santo Amaro. Atendendo ao facto de essa baía não ter derivado de outra operação de loteamento e de estar localizada na imediação dos acessos pedonais e viários (garagem) ao edifício projectado, consideram estes serviços ser possível a questão relacionada com o estacionamento em falta". -----

uma vez que a capacidade da baía de estacionamento situada no Largo de Santo Amaro, tem uma capacidade para 9 lugares e desta alteração resulta em falta (oito unidades) estes serviços consideram ser possível a questão relacionada com o estacionamento. -----

4.8. - Quadro sinóptico resultante do 1.º pedido de alteração à licença -----

QUADRO SINÓPTICO			
Área total do(s) prédio(s) abrangido(s) pela operação de loteamento			2671,00
Área total do (s) prédio(s) a lotear			2.671,00
Área sobranete			0,00
Área de cedência ao domínio público	Espaços verdes e/ou de utilização colectiva	0,00	2426,00
	Infra-estruturas	426,00	
	Equipamentos Públicos	0,00	
Outras cedências			
Área bruta de construção para efeitos de cálculo do índice de construção			1.125,00
Área de implantação para efeitos de cálculo do índice de implantação			998,0
OBS:		Índice de construção (m2/m2)	Índice de implantação (m2/m2)
		0,80	0,37

Lote			Área de implantação	Área bruta de construção (m2)								Área de construção para efeitos de IC (m2)	Nº de Pisos		Número de fogos	Volume de construção (m3)
Nº	Área (m2)	Finalidade		Habituação	Comércio	Serviços	Indústria	Garagens		Anexos	Total		Acima da C.S.	Abaixo da C.S.		
1	2.245,00	Hc, C, S	998,00	1.648,00	227,00	250,00	0,00	480,00	R	0,00	2.125,00	2.125,00	4	0	14	8.982,00
Tot.	2.245,00		998,00	1.648,00	227,00	250,00	0,00	480,00		0,00	2.125,00	2.125,00			14	8.982,00

Finalidade		Garagens		OBS:
Hu	Habituação unifamiliar	A	Em anexo à superfície	
Hc	Habituação colectiva	C	Em cave	
C	Comércio			
S	Serviços			
I	Indústria			
A	Armazéns			

5 - CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

5.1. Considerando que o requerente é único proprietário de todos os lotes (um lote), não estando deste modo sujeito ao preceituado no n.º 3 do artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 e do artigo 14.º A, do regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação (consulta dos restantes proprietários); -----

5.2. Considerando que deverá ser liquidado o valor de 56,75 € (Cinquenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos), correspondente à compensação devida ao município pelas áreas não cedidas para os fins devidos, resultantes do pedido de alteração à licença; -----

5.3. Considerando que, nos termos n.º 2 do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 4/09 e do artigo 7º, do regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, a operação de loteamento em análise fica dispensada de Discussão Pública, uma vez que não excede nenhum dos três limites definidos naqueles artigos, designadamente: -----

- 4 há; -----
 - 100 Fogos; -----
 - 10% da população do aglomerado urbano em que se insere a pretensão; -----

5.4. Considerando que são respeitados os parâmetros urbanísticos no que se refere ao índice de construção; -----

5.5. Considerando que, no pedido objecto de análise, não se verificam violações às normas legais e regulamentares; -----

6 - PROPOSTA DE DECISÃO -----

6.1. Face ao exposto, julgamos salvo melhor opinião, propor-se que seja adoptada deliberação no sentido de deferir o pedido de alterações ao alvará de loteamento n.º 3/2006; -----

6.2. Neste contexto, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1, do artigo 76.º, do DL n.º 555/99 de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, deve ser comunicado ao requerente que dispõe do prazo de um ano para requerer formalmente a emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 3/2006 (sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do mesmo diploma legal), devendo para o efeito instruir o seu pedido com o elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente: -----

a) Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares). -----

b) Planta de áreas de cedência ao domínio público municipal da operação de loteamento em base transparente e base digital (5 exemplares). -----

c) Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência; -----

d) Actualização da certidão da conservatória do registo predial anteriormente entregue, no caso de esta não se encontrar válida. ---

6.3. Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, as quais se encontram estabelecidas no n.º 2, do artigo 45.º, do "Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e tabela de taxas e licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas"; -----

6.4. Após a emissão do referido título de aditamento ao alvará deverão ser cumpridas as formalidades de publicidade previstas no artigo 78.º do diploma legal retro citado, bem como proceder à comunicação oficiosa à Conservatória do Registo Predial, para efeitos de averbamento, conforme previsto no n.º 7, do artigo 27.º, do diploma legal mencionado. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2008/08/04. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA DATADO DE 2008.08.04.-----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, DR. JOÃO BATISTA. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º2. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VICE-PRESIDENTE, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º3. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º4. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.4. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, ENG. CONCEIÇÃO MARTINS, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º5. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.5. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO, ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º6. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.6. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A RESTAURANTE - PEDIDO DE CERTIDÃO - CERVEJARIA RESTAURANTE " O PRÍNCIPE, LDA " - SITO NO LUGAR DE VALE DE CUBA, FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2008/06/22.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

O requerente através do requerimento n.º 294/07 solicita aprovação do projecto de arquitectura referente a um edifício destinado a restaurante " Cervejaria e Restaurante o Príncipe, Lda", a levar a efeito no lugar de Vale de Cuba, Redial, Freguesia de S. Pedro de Agostém, concelho de Chaves, tendo sido emitida o alvará de licença de construção n.º 261/07. -----

A aprovação do projecto de arquitectura teve por base uma deliberação de Câmara de 28/06/07, na qual é deliberado concordar com a informação técnica de 20/06/07. Esta informação técnica referia como condicionante para aprovação do projecto, o reconhecimento do interesse público e local reconhecido pelo município. -----

Análise do Processo -----

O requerente através do requerimento n.º 2346/08 solicita a emissão de certidão do reconhecimento do interesse público e do desenvolvimento local para o empreendimento em causa, face à deliberação de Câmara de 28/06/07, bem como que conste da certidão qual a área bruta de construção que poderá edificar em conformidade com os requisitos legais e regulamentares em vigor. -----

Assim, de acordo com o disposto na informação técnica de 20/06/07 o terreno para o qual se encontra licenciado o edifício destinado a restaurante localiza-se na categoria 4.3- Espaços Agro-Florestais e na sub-categoria 4.3.A-Espaços Agro-Florestais Comuns, de acordo com as plantas de ordenamento do P.D.M. -----

O projecto de arquitectura foi aprovado com o disposto no n.º1 do art.º 56⁶, e com a aplicação do índice proposto na alínea b) do n.º 2⁷ do art.º 58 (face à remissão do n.º3⁸ do art.º58) do Reg. do PDM. Assim, a área bruta máxima de construção permitida face à legislação aplicável para o local em causa é de 6. 315,0 m² (0,15* 42 100,0 m² = 6. 315,0 m²). -----

Proposta de Decisão -----

Face ao solicitado pelo requerente, julga-se salvo melhor opinião, que a presente informação deverá ser remetida à próxima reunião do

⁶ Artigo 56º - Restaurantes, discotecas e estabelecimentos afins ----
1 - A instalação de restaurantes, discotecas ou estabelecimentos afins fora dos espaços urbanos e urbanizáveis e dos espaços de uso diversificado só é admissível quando se trate de iniciativa de interesse para o desenvolvimento local reconhecido pelo município, podendo em tais condições localizar-se em espaços pertencentes à classe 4 - espaços agrícolas e florestais. -----

⁷ Artigo 58º - Edificabilidade -----
2 - Às componentes edificadas referentes a instalações hoteleiras ou de alojamento turístico aplicam-se as disposições sobre edificabilidade em espaço rural a seguir mencionadas: -----
b) O disposto nas alíneas b) a f) do Nº 2 do artigo 37º, com as ressalvas de que o valor do Ic mencionado na alínea b) será nestes casos de 0,15 m²/m² e de que a percentagem referida na alínea f) será de 15%; -----

⁸ Artigo 58º - Edificabilidade -----
3 - Às componentes edificadas referentes a restaurantes, discotecas ou estabelecimentos afins e a instalações desportivas ou de recreio e lazer aplicam-se as disposições constantes do número anterior, com excepção da sua alínea a). -----

executivo camarário afim de corrigir o texto da deliberação de Câmara de 28/06/07 de forma a que conste expressamente o reconhecimento do interesse público e do desenvolvimento local reconhecido pelo município. -----

Este correcção da deliberação de câmara, entende-se necessário, face ao teor da deliberação tomada nessa data, dado que apenas foi deliberado concordar com a informação técnica de 20/06/07, não ficando clara a posição da Câmara quanto ao reconhecimento do interesse publico e do desenvolvimento local. -----

Caso a Exma Câmara assim entenda, manter o reconhecimento do empreendimento como de interesse público e do desenvolvimento local, deverá ser emitida a respectiva certidão na qual conste: -----

1-O reconhecimento do empreendimento como de interesse público e do desenvolvimento local, -----

2-A área bruta máxima de construção permitida face à legislação aplicável para o local em causa é de 6. 315,0 m2 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2008/07/22. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público do empreendimento em causa para o desenvolvimento local, nos precisos termos da fundamentação técnica constante da informação supra e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO PAROQUIAL - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA E PROJECTOS DE ESPECIALIDADES - CENTRO SOCIAL SR. DOS AFLITOS - TRAVANCAS - SITO NA RUA DIREITA, FREGUESIA DE TRAVANCAS - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2008/07/29. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

A Fabrica da Igreja Paroquial de Travancas possui alvará de licença de reconstrução e instalação n.º 287/03 referente à construção de um Centro de Dia, sito na Rua Direita em Travancas. -----

Através do requerimento n.º 1264/07 solicita o averbamento do processo para Centro Social Sr. Dos Aflitos, tendo sido deferido. --

O Centro Social Sr. Dos Aflitos de Travancas (antiga Fabrica da Igreja Paroquial de Travancas) possui (alterações ao alvará de licença de 287/03) alvará de licença de 295/07 referente à construção de um Centro de Dia. -----

Localização -----

A edificação localiza-se no núcleo consolidado de Travancas, sito na Rua Direita, Freguesia de Travancas. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, e na Categoria 1.3- Outros Aglomerados. -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, não impede nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública sobre o terreno em causa. -----

Análise do Processo -----

Através do requerimento n.º 1255/08 apresenta projecto de alterações ao alvará de licença n.º 287/03 e 295/07. -----

Foram consultadas as seguintes entidades: -----

- Delegação de Saúde, tendo emitido parecer favorável (Of.º n.º 191 de 16/04/08); -----

- Segurança Social, tendo emitido parecer favorável/condicionado (Of.º n.º 55845 de 22/07/08) do qual se deverá dar cópia ao requerente para os devidos cumprimentos; -----

- Autoridade Nacional de Protecção Civil, tendo emitido parecer favorável (Ref.ª n.º 026931 de 16/06/08); -----

- DAP, tendo emitido parecer favorável em 22/04/08. -----

De acordo com a certidão de registo predial, registo n.º 00923/140503, refere prédio urbano de S.C. 256,0 m2 e logradouro de 159,0 m2, no entanto a certidão não se coaduna com o existente, dado que a edificação, apesar de ser por fases (em virtude das dificuldades financeiras), encontra-se materialmente toda edificada. Trata-se de uma preexistência em conformidade com o disposto no art.º.5 do Reg. do PDM, apesar de em termos de registo matricial existir logradouro, na realidade tratava-se de construções antigas, com artigos matriciais individuais, tendo sido feita a sua anexação, sem proceder à rectificação das áreas existentes e construídas. Ora a situação existente eram casas de habitação compostas por r/c e andar, todas interligadas, não existindo qualquer logradouro. Assim, julga-se salvo melhor opinião, considerar como um todo, o existente, ou seja, uma construção existente de 415,0 m2 de S.C. -----
A edificação possui, na totalidade, uma área de implantação de 357,70 m2 e área de construção de 678,8m2. -----

Proposta de Decisão -----

Face ao exposto propõe-se a aprovação do projecto de arquitectura e projectos de especialidades, referentes alterações ao alvará de licença de construção n.º 287/03 e 295/07 no qual propõe alterações a nível de interiores e mudança de funcionalidade. -----

A alteração proposta visa ainda haver uma mudança de utilização de Lar e Centro de Dia, para Lar, Centro de Dia e Centro de Apoio Domiciliário, -----

Não existe aumento de área de construção. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA DE 2008.07.31. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTOS DE ESPECIALIDADE - EDMUNDO RODRIGUES RIBEIRO - SITO NO LUGAR DE REGADAS - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA

DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA SRA. ENGENHEIRA CIVIL MARIA JOÃO SANTOS TEIXEIRA CHAVES DATADA DE 2008/07/30. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Vem o requerente apresentar projectos de especialidades relativos à construção de um armazém (arquitectura aprovada - ofício nº 2077/DGT/2008), sita no Lugar de Regadas, Freguesia de Outeiro Seco. O processo está instruído de acordo com o nº 5 do art. 11º da Portaria n.º 232/08 donde se propõe o deferimento dos projectos de especialidades agora apresentados. -----

Deverá ser dado conhecimento ao requerente do parecer em anexo da DAP. -----

A fim de ser emitido o respectivo alvará de licenciamento de obras de edificação, dispõe o interessado e de acordo com o nº1 do art. 76º do RJUE do prazo de um ano para apresentar os elementos constantes no nº1 do art. 3º da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março. -- À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2008/07/31. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA DE 2008.07.31. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. AMPLIAÇÃO DO SUPERMERCADO E´LECLERC - APRESENTAÇÃO DE ELEMENTOS - CHAVESIDIS - SOCIEDADE DE DISTRIBUIÇÃO, S.A. - SITO NA ROTUNDA DO RAI0 X, FREGUESIA DA MADALENA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2008/08/01. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

O requerente possui alvará de licença de construção n.º267/96 e alterações n.º 363/00 referente à construção da superfície comercial - Eleclerc de Chaves -, sita no Raio X, Freguesia da Madalena, possui alvará de licença de utilização n.º137/96 e 194/00 em nome de Selectibanque S.A, tendo sido averbado para Chavesidis - Sociedade de Distribuição S.A. em 2006. -----

O requerente através do requerimento n.º 2361/99, apresenta projecto para construção de parque de estacionamento que culminou com a emissão do alvará de licença de construção n.º 407/00. -----

Possui ainda alvará de licença n.º384/01 relativamente a um Posto de Abastecimento de Combustíveis em nome de Chavesidis - Sociedade de Distribuição S.A. -----

Localização do terreno -----

O terreno localiza-se na Rotunda do Raio X, Freguesia da Madalena, em Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

Face à localização apresentada, pode-se constatar que o terreno objecto de parecer insere-se na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, e na Categorical.1-Cidade de Chaves de acordo com as plantas de ordenamento do P.D.M., -----

De acordo com as plantas de Condicionantes do P.D.M. o terreno em causa, encontra-se abrangido pela Servidão Aeronáutica (Aeródromo de Chaves). -----

-Com as orientações de estudos urbanísticos de gestão territorial --

-Face às plantas de zonamento da proposta de Plano de Urbanização de Chaves⁹ insere-se em zona de R2, estando previsto uma edificabilidade máxima de 0,8 m2/m2 (índice de ocupação), com o n.º máximo de 4 pisos acima do solo (r/c +3 andares). -----

- O terreno insere-se, ainda, na zona de intervenção do Polis, estando sujeita a medidas preventivas previstas no Dec-Lei 119/00 alterado pelo Dec-Lei 103/02; -----

Análise da Pretensão -----

O pedido apresentado sob requerimento n.º 3859/07, propõe a ampliação da construção existente e licenciada pelos alvarás de licença de utilização n.º137/96 e 194/00. -----

Esclarece-se que inicialmente, a edificação do Estabelecimento comercial - Eleclerc - foi edificado num artigo independente, assim como o Posto de Abastecimento de Combustíveis, era outro artigo independente, portanto eram dois artigos independentes, que foram anexados num só, perfazendo uma área de 20. 755,30 m2. -----

No processo não consta documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial da anexação dos artigos. -----

•Dado inserir-se dentro da delimitação de zona de intervenção do Polis, remeteu-se o processo à Sociedade ChavesPolis afim de emitir parecer, a qual emite parecer em 04/07/08 (Ref.ª n.º 242/08) do qual se deverá dar cópia ao requerente. -----

•De acordo com as plantas de condicionantes do P.D.M., o terreno em causa, encontra-se abrangido pela Servidão Aeronáutica (Aeródromo de Chaves), pelo que se solicitou parecer à ANA- Divisão de Regulamentação e Licenciamento Aeronáutico, tendo a mesma emitido parecer em 07/02/08 (Ref.ª n.º PR.º1137/07-6 n.º 176366), do qual se deverá dar cópia ao requerente. -----

Assim, analisando o processo, bem como os pareceres emitidos pelas entidades acima referidas, consta-se que: -----

1- Não consta documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial da anexação dos artigos. -----

2- A zona prevista para cargas e descargas, é uma zona conflituosa de trânsito, face ao plano de pormenor em estudo para o local, e face às obras em curso do Programa Polis, que se encontra em fase de execução. -----

3- Nesta medida, e de acordo com a proposta do parecer emitido pela Sociedade ChavesPolis no qual recomenda a reformulação do estudo no que diz respeito aos pontos 7, 8 e 9 do referido parecer, afigura-se-nos como uma medida cautelar a ter em conta nas acessibilidades previstas para o local. -----

Nesta medida, e dado que desde o início do processo, aquando das várias reuniões tidas com os projectistas e dono de obra, foi sempre

⁹É de 1994, sendo o instrumento de planeamento em fase de concepção, cujas orientações têm sido adoptados pelos serviços técnicos desta autarquia, para efeitos de limitação das zonas previstas no n.º1 do art.º 73 do Reg. do P.D.M. -----

referido este ponto de conflito - zonas das cargas e descargas - torna-se necessário a reformulação da solução proposta pelo requerente. -----

Proposta de Decisão -----

Pelo exposto, julga-se, salvo melhor opinião, propor o indeferimento do projecto apresentado sob requerimento n.º 3859/07, e 171/08. ----
No entanto, poderá este indeferimento ser revisto, desde que o requerente apresente uma solução que resolva o ponto de conflito acima referido, bem como dê cabal cumprimento ao parecer da Sociedade ChavesPolis. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA DATADO DE 2008.08.01. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. ALTERAÇÕES À LIC. 244/73, 116/74 E 333/74 - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO - JOSÉ MOREIRA & FILHOS, LDA - SITO NA AV. DA COCANHA - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2008/08/01. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

A Firma Jose Moreira e Filhos Lda possui alvará de licença de construção n.º 296/06 e projecto de alterações aprovado em reunião do executivo de 05/07/07 referente à construção de um edifício comercial "Retail Park ". -----

O projecto licenciado sob o n.º 296/06 e projecto de alterações possui uma área de construção de 6.291,7 m2 para efeitos de contabilização do índice de construção. Possui ainda uma área de 4.422,3 m2 de área de construção destinada a estacionamento/estacionamento público (área esta que não conta para efeitos de índice de construção face ao disposto no n.º3 do art.º9 do Reg. do P.D.M.). -----

Posteriormente, apresenta projecto de alterações/ampliação tendo sido licenciado com alvará de licença de obras n.º 53/08, no qual é proposto uma área de construção de 1.014,7 m2 e composto por cave e r/c destinado a armazém, respeitando o índice proposto. -----

Através do requerimento n.º 1389/08 é apresentado pela Firma "MOVIFLOR - COMERCIO DE MOBILIÁRIO, SA" projecto de licenciamento para ampliação de uma área de 818,90 m2 referente à loja designada pela Letra D. -----

Localização -----

O terreno objecto de parecer localiza-se na Av. da Cocanha, Freguesia de Outeiro Seco, Concelho de Chaves. -----

Análise da Pretensão -----

O projecto licenciado sob o n.º 296/06 e projecto de alterações n.º 53/08 possui uma área de construção de 6.291,7 m2 para efeitos de contabilização do índice de construção. Possui ainda uma área de área de construção destinada a estacionamento/estacionamento público

(área esta que não conta para efeitos de índice de construção face ao disposto no n.º3 do art.º9 do Reg. do P.D.M.). -----
 O requerente poderia edificar uma área máxima de 11.076,4 m2 (14.768,5 * 0,75 = 11.076,4 m2), tendo em conta a área que consta no levantamento topográfico, face ao índice de construção máximo admissível para o local de 0,75 m2/m2. -----
 Através do requerimento n.º 2603/08, vem a INVESTERETAIL-INVESTIMENTO E GESTÃO COMERCIAL, S.A., na qualidade de proprietária do "Retail Parque de Chaves" , para o qual faz prova da titularidade , apresentado certidão de registo predial do prédio urbano - registo n.º 265/20071112- solicitar a aprovação do projecto de arquitectura, e especialidades referentes ao processo n.º 631/05 e com entrada nesta edilidade em 14\$04/08, sob requerimento n.º 1389/08, em nome da Moviflor - Comercio de Imobiliário SA. -----
 O requerente poderia edificar uma área máxima de 11.076,4 m2 (14.768,5 * 0,75 = 11.076,4 m2), tendo em conta a área que consta no levantamento topográfico, face ao índice de construção máximo admissível para o local de 0,75 m2/m2. -----
 Face ao projecto licenciamento da ampliação na loja designada pela Letra D, ampliação essa que contempla uma área de 818,90 m2, com a criação de mezanine, respeita o índice proposto para o local. -----
 De acordo com o descrito nas alíneas b) e d) do artigo 8º do RMUE, a pretensão em causa tem impacte semelhante a uma operação de loteamento, pelo que está sujeita ao disposto no nº 5 do artigo 57º e, consequentemente, ao disposto no nº 43º, ambos do DL 555/99 de 16/12 com a redacção dada pela Lei 60/07 - Áreas para espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas e equipamentos -, bem com ao estipulado no artigo 44º, no que respeita à não cedência destas áreas, ficando o requerente obrigado ao pagamento de uma compensação ao Município. -----
 De acordo com a Portaria 216-B/08 terá de contabilizar as áreas de cedência para espaços verdes e de utilização colectiva de e equipamentos. -----
 Assim, as áreas de cedência para espaços verdes e de utilização colectiva de 229,3 m2, e equipamentos de 204,7m2, perfazendo um total de área a ceder de 434,0 m2, face à ampliação da área de construção proposta. -----
 Dado que não possuem área para cedências, em conformidade com o disposto no art.º 44¹⁰ do Dec-Lei 555/99 com a redacção dada pela Lei

¹⁰ Artigo 44º - Cedências -----
 1 - O proprietário e os demais titulares de direitos reais sobre o prédio a lotear cedem gratuitamente ao município as parcelas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização colectiva e as infra-estruturas que, de acordo com a lei e a licença ou autorização de loteamento, devam integrar o domínio municipal. --
 2 - Para os efeitos do número anterior, o requerente deve assinalar as áreas de cedência ao município em planta a entregar com o pedido de licenciamento ou autorização. -----
 3 - As parcelas de terreno cedidas ao município integram-se automaticamente no domínio público municipal com a emissão do alvará. -----
 4 - Se o prédio a lotear já estiver servido pelas infra-estruturas a que se refere a alínea h) do artigo 2º ou não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos no referido prédio, ou ainda nos casos referidos no N.º 4 do artigo

60/07, e o disposto no art. ° 64¹¹ do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabela de Taxas e Licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas dá lugar ao pagamento de uma das compensação (art.°66¹²), em numerário ou em espécie. -----
De acordo com a Portaria 216-B/08 as áreas destinadas a estacionamento são de 217 lugares, dos quais 3 lugares são para pesados, no entanto, possui a construção existente 232 lugares de estacionamento (dos quais 5 lugares são para pesados), portanto ainda superior ao necessário. Como necessitava agora de 14 lugares de estacionamento, dos quais 2 lugares são para pesados. Verifica-se que a situação existente comporta os lugares de estacionamento agora imposto pela portaria216-B/08, ficando ainda com uma folga de 1 lugar (217+14 =231). -----
Do processo consta parecer favorável da Autoridade Nacional de Protecção Civil (Refª n.º 027525/2008). -----
Face ao requerimento n.º 2137/08, no qual refere que o pagamento da compensação conforme o disposto no art.°66¹³do RMUEOU, por défice nas áreas de cedência, o requerente informa que a modalidade é em numerário. -----
Em conformidade com o disposto no n.º1,3 e 4 do art..°67¹⁴ do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabela de

anterior, não há lugar a qualquer cedência para esses fins, ficando, no entanto, o proprietário obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, em numerário ou em espécie, nos termos definidos em regulamento municipal. -----

¹¹ Artigo 64.º - Cedências -----
1 - O proprietário e os demais titulares de direitos reais sobre o prédio a lotear cedem gratuitamente ao município as parcelas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização colectiva e as infra-estruturas que, de acordo com a lei e a licença ou autorização de loteamento, devam integrar o domínio municipal. --
2 - As parcelas de terreno cedidas ao município integram-se automaticamente no domínio público municipal com a emissão do alvará. -----
3 - O disposto no n.º I é também aplicável aos pedidos de licenciamento ou autorização de obras de edificação previstas no n.º 5 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações. -----

¹² Artigo 66.º - Modalidades de compensações -----
1 - A compensação a efectuar pelo proprietário do prédio, poderá ser paga em numerário ou em espécie. -----
2 - A compensação em espécie é efectuada através da cedência de parcelas de terrenos susceptíveis de serem urbanizadas ou de outros imóveis considerados de interesse pelo município de Chaves, integrando-se no seu domínio privado. -----

¹³ Artigo 66.º - Modalidades de compensações -----
1 - A compensação a efectuar pelo proprietário do prédio, poderá ser paga em numerário ou em espécie. -----
2 - A compensação em espécie é efectuada através da cedência de parcelas de terrenos susceptíveis de serem urbanizadas ou de outros imóveis considerados de interesse pelo município de Chaves, integrando-se no seu domínio privado. -----

¹⁴ Artigo 67.º - Cálculo do valor da compensação em numerário nas operações de loteamentos -----

Taxas e Licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas(RMUEOU) ,o valor da compensação em numerário que o requerente terá de pagar é de 24 627,33 €. -----

$$C = \frac{L \cdot K \cdot A \cdot V}{2} = \frac{0,9 \cdot 0,20 \cdot 434,0 \cdot 630,5}{2} = \frac{49\,254.66}{2} = 24\,627,33 \text{ €}$$

As alterações dizem respeito ao aumento de área de construção a nível de interiores, com a criação do mezanine, e mudança das instalações sanitárias. Os projectos de especialidades referem-se à rede de águas e esgotos, dado que a estrutura interior, é estrutura metálica. -----

Proposta de Decisão -----

Face ao exposto, julga-se salvo melhor opinião, propor-se a aprovação do projecto de arquitectura e especialidades referentes à ampliação da área na loja designada pela Letra D, pelo que se propõe a sua aprovação. -----

O pagamento da compensação em numerário que o requerente terá de pagar é de 24 627,33 €, por défice nas áreas de cedência. -----

O requerente poderá levantar a respectiva licença, dando cumprimento ao exposto no nr.1 do artigo 76 do Dec-Lei 555/99 com a redacção dada pela Lei 60/07, o requerente tem um ano para apresentar nestes serviços e se possa emitir a respectiva licença de construção, os elementos previstos no ponto 1 do nr.3 da Portaria nr. 216-E/08, nomeadamente: -----

1 - O pedido de emissão de alvará de licenciamento ou de autorização de obras de edificação deve ser instruído com os seguintes elementos: -----

- a) Apólice de seguro de construção, quando for legalmente exigível;
- b) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei N.º 100/1997, de 13 de Setembro; -----
- c) Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direcção técnica da obra; -----

1 - O valor, em numerário, da compensação a pagar ao município será determinado de acordo com a seguinte fórmula: -----

$$C = \frac{LK \times A \text{ (m2)} \times V}{2}$$

em que: -----

C = valor da compensação devida ao município; -----

L = factor de localização (determinado face à área urbana do concelho de Chaves); -----

K = coeficiente urbanístico do loteamento, de acordo com o disposto nos n.º 6 e 7 do artigo 26.º do Código das Expropriações; -----

A = valor em metros quadrados da área não cedida; -----

V = valor do preço por metro quadrado de construção, definido pela portaria que fixa periodicamente os valores unitários por metro quadrado do preço da construção para efeito de cálculo da renda condicionada. -----

3 - O disposto no n.º I é aplicável, com as necessárias adaptações, aos pedidos de licenciamento ou de autorização das obras de edificação previstas nos n.º 2 e 3 do artigo 62.º do presente Regulamento. -----

4 - Os parâmetros para o cálculo das compensações encontram-se estabelecidos no quadro XIX da tabela anexa ao presente Regulamento.

d) Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na actividade, a verificar no acto de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo; -----

e) Livro de obra, com menção do termo de abertura; -----

f) Plano de segurança e saúde. -----

Deverá ainda a INVESTERETAIL- INVESTIMENTO E GESTÃO COMERCIAL, S.A., proceder ao averbamento do processo para seu nome, em virtude de ser actualmente a titular do prédio urbano, na qualidade de proprietária do "Retail Parque de Chaves", para o qual faz prova da titularidade, apresentado certidão de registo predial do prédio urbano - registo n.º 265/20071112. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA DATADO DE 2008.08.01. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS DESTINADO AO SERVIÇO DE PINTURA AUTOMÓVEL - PROJECTO DE ALTERAÇÕES - BRUNO EMANUEL RODRIGUES MACHADO - SITO NO LUGAR DE VALE, PARQUE INDUSTRIAL DE VILA NOVA DE VEIGA - FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2008/07/23.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

O requerente possui alvará de licença n.º 392/06 referente à construção de um armazém para comércio e serviços - Oficina e Pintura de Automóveis e com área de 404,0 m², sito no lugar do Vale, Vila Nova de Veiga, Freguesia de S. Pedro de Agostém. -----

Existe informação (n.º10/07) do Serviço de Fiscalização, na qual é referido que não está a ser cumprida a implantação, bem como existe ampliação da área de construção, cerca de 35,0 m². -----

Foram feitos o embargo e suspensão da obra em 26/02/07. -----

O EP- Estradas de Portugal através do requerimento n.º641/08, remete o aditamento apresentado pelo requerente, junto daquela entidade, ao projecto licenciado sob o n.º 392/06 e referente a um armazém comercial e serviços, sito no Lugar de Vale, Vila Nova de Veiga, Freguesia de S. Pedro de Agostém, tendo sido aprovado em reunião do Executivo Camarário de 20/03/08. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se na parte Classe 2- Espaços Industriais. -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, possui a servidão ou restrição de utilidade pública sobre o terreno em causa que é EP- Estradas de Portugal. -----

Análise do Processo -----

O requerente através do requerimento n.º2472/08 apresenta projectos de especialidades e alteração da implantação na confrontação a Poente, por forma a respeitar o afastamento previsto na alínea c) do n.º 2¹⁵ do art.º28 do Reg. do PDM . -----

No processo constam os projectos de especialidades inerentes às alterações, pelo que se propõe a sua aprovação. -----

Proposta de Decisão -----

Face ao parecer favorável da E.P.-Estradas de Portugal, e dado que se trata de uma entidade com parecer vinculativo, propõe-se o deferimento do aditamento apresentado sob requerimento n.º2472/08, nomeadamente arquitectura e especialidades. -----

O alvará de Licença de construção n.º. 392/06, encontra-se caducada. O requerente poderá levantar a respectiva licença, dando cumprimento ao exposto no nr.1 do artigo 76 do Dec-Lei 555/99 com a redacção dada pela Lei 60/07, o requerente tem um ano para apresentar nestes serviços e se possa emitir a respectiva licença de construção, os elementos previstos no ponto 1 do nr.3 da Portaria nr. 216-E/08, nomeadamente: -----

1 - O pedido de emissão de alvará de licenciamento ou de autorização de obras de edificação deve ser instruído com os seguintes elementos: -----

- a) Apólice de seguro de construção, quando for legalmente exigível;
- b) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei N.º 100/1997, de 13 de Setembro; -----
- c) Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direcção técnica da obra; -----
- d) Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na actividade, a verificar no acto de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo; -----
- e) Livro de obra, com menção do termo de abertura; -----
- f) Plano de segurança e saúde. -----

2-Estimativa orçamental e calendarização. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA DATADO DE 2008.08.01.-----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA DATADO DE 2008.08.01. -----

À Reunião de Câmara. -----

¹⁵ Artigo 28º - Instalação avulsa de unidades industriais -----

Na ausência de plano de pormenor ou operação de loteamento plenamente eficaz, a instalação avulsa de unidades industriais em parcelas localizadas em espaços desta classe só poderá realizar-se desde que se cumpram os requisitos expressos nos números seguintes:

2) A implantação e a volumetria das edificações terão cumulativamente de: -----

c) Manter um afastamento mínimo de 5 m às extremas da parcela e, em simultâneo, um afastamento mínimo de 30 m às linhas limite do espaço industrial estabelecidas na planta de ordenamento; -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A IGREJA - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTOS DE ESPECIALIDADE - COMISSÃO FABRIQUEIRA DA PARÓQUIA DE SANTO ESTÊVÃO - SITO NO LUGAR DA ATALAIA - FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2008/07/14. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

Possui informação prévia aprovada por despacho do Sr. Vereador do pelouro do Urbanismo de 04/11/97. -----

O processo de licenciamento da construção de um Centro Paroquial e Capela Mortuária a edificar em Vila Verde da Raia, remonta ao ano de 1997, tendo estado aprovado, e posteriormente caducado. -----

O projecto de arquitectura apresentado propõe a construção de um edifício, a construir em 2 fases, referente a um Centro Paroquial, Igreja e Capela Mortuária. Na 1.ª Fase está prevista a construção da Igreja e Capela Mortuária, e na 2.ª Fase o Centro Paroquial. -----

O projecto de arquitectura foi aprovado em reunião do executivo camarário de 07/02/08. -----

Análise do Processo -----

Através do requerimento n.º 2411/08 apresenta projectos de especialidades conforme o solicitado na informação técnica de 17/01/08. -----

Relativamente aos projectos abaixo descritos propõe-se a sua aprovação: -----

- Rede de águas, águas pluviais e esgotos, a DAP emite parecer favorável conforme consta em anexo; -----

- Eléctrico - Ficha electrotécnica deverá ser enviada à EDP; -----

- O projecto térmico apresenta declaração de isenção face ao disposto na alínea b) do n.º9 do art.º 2 do Dec-Lei 80/06; -----

- O projecto acústico apresenta declaração de responsabilidade da execução de acordo com a legislação em vigor; -----

- Relativamente aos projectos de Estabilidade, AVAC, Telecomunicações, estão em conformidade com a legislação; -----

No entanto carece de aprovação o Projecto de Segurança contra incêndios pelo ANPC. -----

Proposta de Decisão -----

Dado que o projecto de arquitectura apresentado e aprovado conforme reunião do executivo camarário de 07/02/08 (propõe a construção de um edifício, a construir em 2 fases, referente a um Centro Paroquial, Igreja e Capela Mortuária. Na 1.ª Fase está prevista a construção da Igreja e Capela Mortuária, e na 2.ª Fase o Centro Paroquial), em que nesta 1.ª Fase será construída a Igreja e Capela Mortuária, poderá propor-se a aprovação condicionada das especialidades. -----

Esta aprovação condicionada refere-se ao parecer a emitir pelo ANPC. A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA DATADO DE 2008.08.04. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.13. SOLICITA APROVAÇÃO DOS PROJECTOS DE ESPECIALIDADES - ASSOCIAÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE TRONCO - SITO EM TRONCO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO, DO SR^a. ARQ. DORA VIDEIRA DATADA DE 2008.07.30. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. Introdução -----

1.1A requerente, após a aprovação do projecto de arquitectura para construção de um lar de terceira idade e serviço de apoio domiciliário num terreno sito em Tronco, freguesia de Tronco em Chaves, apresenta agora os respectivos projectos de especialidades bem como alterações introduzidas no projecto de arquitectura (de acordo com parecer da Segurança Social), -----

2. Análise / Parecer -----

2.1Considerando que o projecto de alterações agora apresentado, cumpre na totalidade as recomendações proferidas pela Segurança Social; -----

2.2Considerando que da análise dos elementos apresentados se verifica que o pedido em apreciação se encontra correctamente instruído, de acordo com o n.º 5 do n.º 11 da Portaria n.º 1110/2001, de 19 de Setembro, faltando apenas Projecto de gás visado pela entidade inspectora, não impeditivo da aprovação; -----

2.3Considerando que já tinha sido solicitado parecer à DAP quanto às soluções propostas relativamente às redes de abastecimento de água, águas residuais e águas pluviais, tendo a mesma informado que nada havia a referir "em relação às soluções apresentadas"; -----

2.4Neste sentido e com a apresentação destes elementos, o pedido de aprovação da alteração do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos de especialidades, encontram-se em condições de ser deferidos. -----

3. Proposta de decisão -----

3.1Face ao exposto propõe-se a aprovação da alteração do projecto de arquitectura e dos respectivos projectos de especialidades, de acordo com o descrito no artigo 20.º do DL 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações, solicitada por intermédio do requerimento n.º 2587/08, de 2008/07/22, -----

3.2De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 76º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações, o requerente dispõe do prazo de um ano para requerer a emissão do alvará de licença, apresentando nestes serviços os elementos previstos nas alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 1 do n.º 3 da Portaria n.º 1105/01, de 18 de Setembro, para que se possa emitir a respectiva licença de construção; -----

3.3Mais se informa que até à fase de emissão de alvará, deve apresentar projecto de instalação de rede de gás visado pela entidade inspectora de acordo com o descrito no n.º 3 do artigo 3.º do DL 521/99 de 10/12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria -----

Nota: Sou ainda de parecer que até à realização da vistoria para emissão da autorização de utilização, deve/pode o requerente apresentar junto da Segurança Social, ANPC e Delegação de Saúde de Chaves as pequenas alterações agora introduzidas. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO SR.VICE-PRESIDENTE NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE DE CÂMARA, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DATADO DE 2008.07.31. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.14. CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE ARQUITECTURA - JUNTA DE FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - SITO NO LUGAR DE RONCAL - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA SRA. ENGENHEIRA CIVIL MARIA JOÃO SANTOS TEIXEIRA CHAVES DATADA DE 2008/08/04. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Pretensão do requerente -----

Vem a Junta de Freguesia de Outeiro Seco submeter a apreciação o presente projecto referente às obras de edificação sujeitas a licenciamento nos termos da alínea c)¹⁶ do artigo 4 do DL n.º555/99 na última redacção dada pela Lei n.º 60/2007 (e de seguida designado por RJUE). -----

Para o efeito o interessado apresenta projecto de arquitectura instruído com elementos constantes no ponto 1 do artigo 11 da Portaria n.º232/2008 -----

O projecto de arquitectura apresentado refere-se à edificação de um pavilhão desportivo constituído por três naves e dois níveis com a área bruta de 2643 m² num prédio rústico com a área de 8670 m² -

Enquadramento da Pretensão - Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se na Classe 2 - Espaços Industriais cuja definição /adaptabilidade é dada pela alínea b) do n.º2 do artigo n.º7 do Regulamento do Plano Director Municipal b) Classe 2 - espaços industriais - espaços destinados à instalação de indústrias transformadoras em geral, de serviços de apoio a estas actividades e, suplementarmente, de outras actividades que apresentem formas de incompatibilidade com as funções urbanas; -----

O uso das edificações neste espaço rege-se pelo artigo 27¹⁷ e a sua edificabilidade/instalação rege-se pelo artigo 28 da regulamentação referenciada. -----

¹⁶ alínea c)¹⁶ do artigo 4 do RJUE As obras de construção, alteração e de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento; ---

¹⁷ Artigo 27º - Destino de uso -----

1 - Os espaços pertencentes a esta classe destinam-se à instalação de unidades industriais, podendo porém o município autorizar a construção de edifícios para armazéns ou instalações comerciais, que ficarão subordinados à disciplina de edificabilidade aqui instituída para instalações industriais. -----

Análise da instrução do processo -----

Por análise da instrução do processo e de acordo com o artigo 11 da Portaria n.º 232/08 verifica-se que se encontram em falta os seguintes elementos: -----

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação. -----
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----
- Plano de Acessibilidades e respectivo termo. -----
- Memória descritiva e justificativa onde seja indicada as Licenças de obras das construções existentes no mesmo prédio -----
- Alçados à escala de 1:50 ou de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, -----

Análise do processo -----

Por leitura do processo; nomeadamente em memória descritiva, é referenciada a adaptabilidade face ao PDM " O equipamento pretendido poderá não ser encarado como indústria, no entanto tratando-se de uma preexistência com uso igual ao agora requerido neste contexto a pretensão enquadra-se no preceituado no artigo 5 do regulamento do plano director municipal." -----

Considero que não é de corroborar com este pressuposto dado que: ---

- O prédio inscrito na matriz sob o n.º1252 da freguesia de Outeiro Seco refere-se a um prédio rústico " terreno inculto " . ---
- Não existe nenhum elemento que confira o estatuto de preexistência tendo em atenção o ponto 1 e 2 do articulado citado¹⁸

2 - As instalações referidas no número anterior poderão englobar uma componente de habitação, se tal for compatível com a natureza das actividades a desenvolver e se o município considerar que se justifica para atender a qualquer das seguintes situações: -----

- a) Alojamento colectivo de pessoal ao serviço; -----
- b) Alojamento de pessoal de vigilância ou segurança; -----
- c) Alojamento do proprietário ou gerente da unidade a instalar e sua família. -----

3 - O município pode estabelecer para a totalidade ou partes dos espaços integrados nesta classe vocações preferenciais ou exclusivas de destino de utilização, desde que inseridas no âmbito dos usos e actividades referidos nos dois números anteriores. -----

¹⁸ Artigo 5 do Reg. do PDM -----

1 - Para efeitos do presente Regulamento consideram-se preexistências as actividades, explorações, instalações, edificações, equipamentos ou quaisquer actos que, executados ou em curso à data de entrada em vigor do Plano Director Municipal, cumpram nesse momento qualquer das seguintes condições: -----

- a) Não carecerem de qualquer licença, aprovação ou autorização, nos termos da lei; -----
- b) Estarem licenciados, aprovados ou autorizados pela entidade competente, nos casos em que a lei a tal obriga, e desde que as respectivas licenças, aprovações ou autorizações não tenham caducado ou sido revogadas ou apreendidas. -----

2 - São também consideradas preexistências, nos termos e para efeitos do disposto no número anterior, aquelas que a lei reconheça como tal e ainda os espaços públicos e vias públicas existentes à

• De igual forma, pelo contexto praticado no seu ponto 3 "Os actos ou actividades licenciados, aprovados ou autorizados a titulo precário não são considerados preexistências, nomeadamente para efeitos de renovação da validade do respectivo título ou da sua transformação em licença, aprovação ou autorização definitivas. ---- De igual forma, mesmo que o fosse considerado uma preexistência nos termos dos 3 primeiros pontos do artigo 5 refira-se que as obras preconizadas no presente pedido edificação de um pavilhão desportivo constituído por três naves e dois níveis com a área bruta de 2643 m² não seriam permissíveis face ao teor dos pontos 4 e 5 ¹⁹do mesmo articulado e ainda em consonância com o teor do artigo 27 do regulamento do PDM face aos usos associados a espaços industriais. - Pelo exposto e dado a pretensão do requerente contrariar o articulado do regulamento do Plano Director Municipal nomeadamente o artigo 5º (definição de preexistência) e artigo 27 uso em espaço industrial propõe-se o indeferimento do projecto de arquitectura, com base no disposto na alínea a) do ponto 1 do artigo n.º 24 do RJUE. -----

Artigo 24.º do RJUE Indeferimento do pedido de licenciamento -----

1 - O pedido de licenciamento é indeferido quando: -----

a) Violar plano municipal de ordenamento do território, plano especial de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidão administrativa, restrição de utilidade pública ou quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA DATADO DE 2008.08.04. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VII

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

data de entrada em vigor do Plano Director Municipal, independentemente da sua localização. -----

3 - Os actos ou actividades licenciados, aprovados ou autorizados a titulo precário não são considerados preexistências, nomeadamente para efeitos de renovação da validade do respectivo título ou da sua transformação em licença, aprovação ou autorização definitivas. ----

¹⁹ 4 - As preexistências definidas nos termos dos números anteriores que, pela sua natureza, não se incluíam no âmbito do estatuto de utilização e ocupação das classes ou categorias de espaços onde se localizam, não poderão ser objecto de acções ou intervenções que tenham como efeito ampliar ou agravar as condições de incompatibilidade de usos verificadas, em especial no que respeita a ampliações significativas das áreas edificadas ou das explorações e ainda ao aumento do número de fogos, quando se tratar de habitações.

5 - As alterações ou reconversões de usos preexistentes reger-se-ão pelas disposições do presente Regulamento aplicáveis em função da sua localização e da natureza dos novos usos pretendidos. -----

1- URBANIZAÇÃO**1.1. REABILITAÇÃO DA MURALHA DO BALUARTE DO CAVALEIRO - PLATAFORMA SUPERIOR - ARRANJOS EXTERIORES E REMODELAÇÃO DA ILHA DO CAVALEIRO - 1ª FASE. - AUTO DE MEDIÇÃO Nº04/DE/2008. -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº04/DE/2008, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Arménio de Sousa Gonçalves, no valor de 32.936,70 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 04.08.08. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 32.936,70 €, (Trinta e dois mil, novecentos e trinta e seis euros e setenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.2. REABILITAÇÃO DA MURALHA DO BALUARTE DO CAVALEIRO - PLATAFORMA SUPERIOR - ARRANJOS EXTERIORES E REMODELAÇÃO DA ILHA DO CAVALEIRO - 1ª FASE. - AUTO DE MEDIÇÃO Nº05/DE/2008. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº05/DE/2008, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Arménio de Sousa Gonçalves, no valor de 1.472,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 04.08.08. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 1.472,00 €, (mil quatrocentos e setenta e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.3. ARQUIVO MUNICIPAL DE CHAVES. - AUTO DE MEDIÇÃO Nº18/DE/2008. --

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº18/DE/2008, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Santana & Companhia, S.A, no valor de 41.678,62 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 04.08.08. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 41.678,62 €, (quarenta e um mil seiscentos e setenta e oito euros e sessenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -

1.4. PARQUE DE LAZER DO REBENTÃO IIªFASE - CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DAS PISCINAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. REEMBOLSO DE QUANTIAS RETIDAS E EXTINÇÃO DE CAUÇÃO. -----

Foi presente a informação nº183/DE/2008, da Chefe de Divisão, Eng^a Amélia Rodrigues, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais. -----

A - Antecedentes -----

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, III Série, nº 222 de 25 de Setembro de 2000, concurso público tendo como objectivo a adjudicação da empreitada em epígrafe. -----

2.De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 13 de Fevereiro de 2001, o Município de Chaves adjudicou à firma "João Fernandes da Silva, S.A" a execução da referida empreitada. -----

3.O acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 22 de Fevereiro de 2001. -

4.O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 1.638.517,15 € (Um milhão seiscentos e trinta e oito mil e quinhentos e dezassete euros e quinze cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Tipo de Empreitada: Preço Global; -----
- Prazo de execução da obra: 270 dias, a contar da consignação dos trabalhos. -----

B - Da execução do contrato da empreitada -----

1.0 auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 22 de Fevereiro de 2001. -----

Tendo esta Divisão elaborado o Auto de Recepção Definitiva da empreitada no dia 15 de Julho de 2008, por esta se encontrar em condições de ser recebida definitivamente, não vê esta Divisão qualquer inconveniente do reembolso à firma, João Fernandes da Silva, S.A, do montante de 2.836,60 euros (Dois mil oitocentos e trinta e seis euros e sessenta cêntimos), de acordo com o ponto 1 do artigo 229º do Decreto Lei nº 59/99 de 2 de Março. -----

C - Da proposta -----

Pelo exposto, e de acordo com o estipulado no nº4, artigo 211º do Decreto Lei nº 59/99 de 2 de Março, não vê esta Divisão qualquer inconveniente no deferimento do pedido da empresa "João Fernandes da Silva, S.A". -----

Assim, pelas razões enunciadas, sou de opinião que o Sr. Presidente deverá despachar no sentido de: -----

a)Reembolsar a referida empresa pelo montante de € 2.836,60 (Dois mil oitocentos e trinta e seis euros e sessenta cêntimos), respeitante ao valor retido na Revisão de Preços: -----

Auto de Medição Nº	Valor retido em euros
Revisão de Preços	2.836,60
TOTAL	2.836,60

b)Libertar Garantia Bancária nº125-02-0154896, no valor de 163.850,88 €, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A, apresentada pelo bom cumprimento do contrato. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº1 do artigo 71 da lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Divisão de Empreitadas, 18 de Julho de 2008. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 23/07/2008. ---

Visto. Concorde com a proposta apresentada. À consideração do Sr.Vice Presidente. -----

DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 04.08.08. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.5. REMODELAÇÃO DO BALNEÁRIO DAS TERMAS DE CHAVES. REEMBOLSO DE QUANTIAS RETIDAS. -----

Foi presente a informação nº186/DE/2008, da Técnica Responsável, Engª Fernanda Serra, identificada em epigrafe, cujo o teor se transcreve na integra para todos os efeitos legais. -----

A - Antecedentes -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu concurso público tendo como objecto a adjudicação da empreitada "Remodelação das Termas de Chaves". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária, do dia 7 de Dezembro de 2004, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Telhabel Construções S.A." a execução da referida empreitada. -----

3. O acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 30 de Dezembro de 2004. --

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 1.191.189,00€ (Um milhão, cento e noventa e um mil, cento e oitenta e nove euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

Tipo de Empreitada: Preço Global; -----

Prazo de execução da obra: 180 dias a contar da consignação dos trabalhos. -----

B - Da execução do contrato da empreitada -----

1. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 21 de Janeiro de 2005. -----

2. A empresa adjudicatária vem, através de ofício registado nos serviços administrativos desta autarquia com o n.º 9646 a 9 de Julho de 2008, apresentar seguro caução, com o nº36230488095641 do Banco Santander Totta, S.A., no valor de 4.502,19 Euros, solicitando a restituição das importâncias retidas nos autos da referida empreitada e da empreitada "Remodelação do Balneário das Termas de Chaves - Reformulação do Sistema de Abastecimento de Água Termal". -

C - Da proposta -----

Relativamente à presente empreitada, e de acordo com o estipulado no nº4, artigo 211º do Decreto-lei nº 59/99 de 2 de Março, não vê esta Divisão qualquer inconveniente no deferimento do pedido da empresa "Telhabel Construções, S.A." -----

Assim, pelas razões enunciadas, o executivo camarário deverá deliberar no sentido de: -----

i. Reembolsar a referida empresa pelo montante de 4.041,64€ (Quatro mil, quarenta e um euros e sessenta e quatro cêntimos), respeitante aos valores retidos nos seguintes autos: -----

Auto de Medição N°	Valor retido em euros
23	232,10€
24	930,78€
25	1.423,00€
26	1.455,76€
TOTAL	4.041,64€

À consideração superior. -----
 Divisão de Empreitadas, 17 Julho de 2008. -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREITADAS, ENG. AMÉLIA RODRIGUES DE 01/08/2008. -----
 A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. À consideração superior. -----
DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 04.08.08. -----
 À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.6. REABILITAÇÃO DA MURALHA DO BALUARTE DO CAVALEIRO - PLATAFORMA SUPERIOR - ARRANJOS EXTERIORES E REMODELAÇÃO DA ILHA DO CAVALEIRO - 1ª FASE - PRORROGAÇÃO GRACIOSA DE PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA - 2º PEDIDO. -----

Foi presente a informação nº204/DE/2008, da Técnica Responsável, Engª Fernanda Serra, identificada em epigrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais. -----

A - Antecedentes -----

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu concurso público tendo como objecto a adjudicação da empreitada "Reabilitação da Muralha do baluarte do cavaleiro - Plataforma Superior - Arranjos Exteriores e Remodelação da Ilha do cavaleiro - 1.ª Fase". -----

2.De harmonia com a deliberação camarária, do dia 16 de Novembro de 2007, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Arménio Sousa Gonçalves, Construção Civil e Obras Públicas" a execução da referida empreitada. -----

3.O acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 18 de Janeiro de 2008. ---

4.O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 199.530,29€ (Cento e noventa e mil, quinhentos e trinta euros e vinte e nove cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

Tipo de Empreitada: Série de Preços; -----

Prazo de execução da obra: 90 dias a contar da consignação dos trabalhos, cujo auto data de 11 de Fevereiro de 2008. -----

5.A empreitada foi objecto de uma prorrogação graciosa do prazo de execução, por um período de 60 dias, devido ao facto da época de chuvas ter sido especialmente prolongada. -----

B - Do requerimento e sua análise -----

1.0 empreiteiro vem, através de requerimento que deu entrada nos serviços de expediente geral deste município com o n.º 9517 em 4 de Julho de 2008, solicitar a prorrogação do prazo de execução em 30 dias, alegando para o efeito as seguintes razões: -----

- Condições adversas -----

2.De facto, após ter sido concedida a prorrogação de prazo anterior, as condições climatéricas não sofreram melhorias, pelo que se mantiveram as dificuldades para a execução dos trabalhos, na primeira parte da prorrogação. -----

C - Da Proposta -----

Face ao descrito no ponto anterior propõe-se de acordo com o previsto de acordo com o ponto nº2 do art.13º do Decreto-Lei nº 6/2004 de 6 de Janeiro, que seja concedida uma prorrogação graciosa de prazo de execução, sem direito a qualquer acréscimo de valor da revisão de preços em relação ao prazo contratado, pelo período de 30 dias. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREITADAS, ENG.AMÉLIA RODRIGUES DE 01/08/2008. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 04.08.08. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.7. REMODELAÇÃO DO BALNEÁRIO DAS TERMAS DE CHAVES - REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA TERMAL - REEMBOLSO DE QUANTIAS RETIDAS. -----

Foi presente a informação, da Técnica Responsável, Eng^a Fernanda Serra, identificada em epigrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais. -----

A - Antecedentes -----

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu concurso limitado tendo como objecto a adjudicação da empreitada "Remodelação das Termas de Chaves - Reformulação do Sistema de Abastecimento de Água Termal". -

2.De harmonia com a deliberação camarária, do dia 29 de Setembro de 2005, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Telhabel Construções S.A." a execução da referida empreitada. -----

3.0 acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 8 de Outubro de 2005. ----

4.0 valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 124.650,09€ (Cento e vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta euros e nove cêntimos),

acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

Tipo de Empreitada: Série de Preços; -----

Prazo de execução da obra: 30 dias a contar da consignação dos trabalhos. -----

B - Da execução do contrato da empreitada -----

1.0 auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 18 de Outubro de 2005. -----

2.A empresa adjudicatária vem, através de ofício registado nos serviços administrativos desta autarquia com o n.º 9646 a 9 de Julho de 2008, apresentar seguro caução, com o nº36230488095641 do Banco Santander Totta, S.A., no valor de 4.502,19 Euros, solicitando a restituição das importâncias retidas nos autos da referida empreitada e da empreitada "Remodelação do Balneário das Termas de Chaves". -----

C - Da proposta -----

Relativamente à presente empreitada, e de acordo com o estipulado no nº4, artigo 211º do Decreto-lei nº 59/99 de 2 de Março, não vê esta Divisão qualquer inconveniente no deferimento do pedido da empresa "Telhabel Construções, S.A." -----

Assim, pelas razões enunciadas, o executivo camarário deverá deliberar no sentido de: -----

i. Reembolsar a referida empresa pelo montante de 460,55€ (Quatrocentos e sessenta euros e cinquenta e cinco cêntimos), respeitante ao valor retido no seguinte auto: -----

Auto de Medição Nº	Valor retido em euros
2	460,55€
TOTAL	460,55€

À consideração superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREITADAS, ENG. AMÉLIA RODRIGUES DE 01/08/2008. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 04.08.08. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- HIGIENE PÚBLICA

4- CEMITÉRIOS

5- PROTECÇÃO CIVIL

6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO

- 7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES
- 8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE
- 9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES
- 10- SEGURANÇA PÚBLICA
- 11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA
- 12- TERMAS
- 13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

VIII
EXPROPRIAÇÕES

IX
DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

X
DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

XI
FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XII
EMPRESAS MUNICIPAIS

XIII
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

- 1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
- 2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. ALTERAÇÃO N.º 12 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E N.º 12 AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO. MODIFICAÇÃO N.º 13. PARA CONHECIMENTO. INFORMAÇÃO DA DGFEP. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º7. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2. ALIENAÇÃO, MEDIANTE PROCEDIMENTO PRÉVIO À CONTRATAÇÃO, DE DOIS PRÉDIOS URBANOS, INTEGRADOS NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, SITUADOS NA FONTE DO LEITE, E DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO E CONCRETIZAÇÃO DE PROJECTO URBANÍSTICO, O QUAL DEVERA CONTEMPLAR UMA ZONA COMERCIAL E UM CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES. PRORROGAÇÃO DA DATA DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA. PROPOSTA N° 70/GAPV/08.-

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - ENQUADRAMENTO DA EXPOSIÇÃO -----

Através de exposição registada nos serviços administrativos municipais com o n° 10719, em 29/07/2008, a sociedade anónima "A. SANTO - Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A.", com sede na Av. Valbom, n°15, freguesia e concelho de Cascais, veio expor a este Município as razões que poderão impedir a formalização da escritura de compra e venda de dois lotes de terreno, situados em Fonte do Leite, Freguesia de Valdanta, Chaves, na data prevista no contrato promessa de compra e venda, formalizado no passado dia 14 de Fevereiro do corrente ano. -----

II - ANTECEDENTES E JUSTIFICAÇÃO -----

1. Na precedência do respectivo procedimento concursal, por deliberação camarária do passado dia 6 de Dezembro de 2007, foi adjudicada a venda de dois prédios urbanos - descritos na Conservatória do registo Predial de Chaves com os n°s 00878 e 00879 -, pelo preço de **€2 510 000,00**, (dois milhões, quinhentos e dez mil euros), e nas demais condições constantes do referido procedimento concursal e proposta da firma adjudicatária. -----

2. O contrato promessa de compra e venda foi outorgado em 14 de Fevereiro de 2008, tendo, nessa data, sido liquidada a importância que perfez 50% do valor da venda, ou seja, €1 004 000,00 (um milhão e quatro mil euros), uma vez que já tinham sido liquidados €251 000,00 (duzentos e cinquenta e um mil euros), com a adjudicação, e foi fixado o prazo para a formalização do contrato até ao dia 25 do corrente mês de Agosto. -----

3. Previamente à formalização da escritura, até à data supra referida, teriam que se verificar cumpridos determinados requisitos constantes da Cláusula 4ª do aludido contrato promessa de compra e venda, designadamente, os correlacionados com a apresentação e aprovação da Proposta de Plano de Pormenor apresentada pela adjudicatária. -----

4. Neste contexto, a sociedade adjudicatária, através da exposição supra identificada, veio dar conta dos obstáculos que impossibilitaram a referida sociedade de cumprir estritamente com as calendarizações estipuladas, designadamente a necessidade da prévia realização de um relatório ambiental, por força da alteração do Decreto Lei n°380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n°316/2007, de 19 de Setembro, o qual entrou em vigor posteriormente à abertura do procedimento concursal, e que veio a comprometer a calendarização inicialmente prevista por este Município. -----

5. Alega, ainda, em reforço destes argumentos, que os prédios em causa não se encontram, nesta data, desocupados, conforme previsto nas condições contratuais prometidas, requerendo que o Município aceite uma prorrogação do prazo para a formalização da escritura de compra e venda, até ao próximo dia 31 de Dezembro de 2008. -----

6. Considerando que a sociedade adjudicatária "A. Santo, Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A.", já procedeu ao

pagamento de metade do preço acordado e que, acedeu, informalmente, à manutenção da ocupação de parte dos supra identificados prédios, por parte da Associação Desportiva Flaviense, encontrando-se, assim, assegurados os principais interesses deste Município, não se vislumbram motivos para que não seja aprovado um diferimento do prazo para a formalização do contrato de compra e venda, com reforço do sinal dado, numa justa composição de salvaguarda dos interesses de ambas as partes contratantes. -----

III - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Assim, em coerência com as razões acima expostas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta:

- a)** Que seja deferido o pedido da requerente "A. Santo", consubstanciado no diferimento do prazo para a outorga da escritura de compra e venda dos prédios urbanos situados em Valongo, Fonte do Leite, inscritos na matriz predial da freguesia de Valdanta com os Artigos 788º e 787º, descritos na Conservatória do Registo Predial de Chaves com os números 00878 e 00879, até ao próximo dia **31 de Dezembro de 2008**, à luz do previsto em matéria de gestão patrimonial na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
 - b)** Em consequência, que a adjudicatária reforce o sinal dado, mediante o pagamento da importância de **€627 500,00** (seiscentos e vinte e sete mil e quinhentos euros), correspondente a metade do preço que ainda falta pagar; -----
 - c)** Que as alterações ao contrato promessa de compra e venda outorgado no dia 14 de Fevereiro do corrente ano sejam formalizadas mediante adenda ao mesmo, conferindo nova redacção à alínea b), da Cláusula Segunda e ao ponto 3.1 da Cláusula Terceira, no que se refere ao pagamento e à data da formalização do contrato de compra e venda (escritura), a outorgar até ao dia 15 de Setembro do corrente ano; -----
 - d)** Por último, que seja dado conhecimento do teor da decisão administrativa que vier a ser praticada, à peticionária, mediante a expedição da competente notificação ao abrigo dos Artigos 68 e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. -----
- Chaves, 04 de Agosto de 2008. -----
O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Dr. João Batista) -----

Em anexo: O processo administrativo respectivo. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

XIV DIVERSOS

1. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. ERNESTO ARMINDO ASSUNÇÃO FONTES. INFORMAÇÃO N.º 61/DASU/GTF/08. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 11440/08, datado de 18-07-2008, em nome do Sr. Ernesto Armindo Assunção Fontes, contribuinte n.º 102835110, o qual solicita a autorização para o

lançamento de fogo de artifício no Largo de São Martinho, povoação de Tronco, freguesia de Tronco deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 16/08/2008 -----

■ 13:00 - 03:00 h do dia seguinte -----

Dia 17/08/2008 -----

■ 13:00 - 03:00 h do dia seguinte -----

Dia 18/08/2008 -----

■ 13:00 - 03:00 h do dia seguinte -----

Legislação em vigor -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2008, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 556/2008 de 30 de Junho). -----

Parecer -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.2 - espaços agrícolas, subcategoria 4.2.A -Espaços Agrícolas Defendidos (RAN) (ver anexo); ---

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim, com a credencial n.º 2177, conforme declara a firma "Pirotecnia Pontes & Pontes, Lda." (Declaração e credencial anexo ao presente requerimento); ----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício encontra-se com baixa carga combustível (lameiro ceifado) apresentando, na actualidade, elevada verdura e teor de humidade conferindo-lhe baixo risco de incêndio (fotos e carta de perigosidade em anexo); -----

4. A zona envolvente caracteriza-se: -----

■ Zona Nordeste a Sudoeste - Superfície isenta de vegetação (lameiros); -----

■ Zona Sudoeste a Noroeste - Área agrícola com vegetação herbácea de reduzido/médio porte; -----

■ Zona Noroeste a Nordeste - Área cimentada. -----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto anteriormente sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; --

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres); -----
3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; ----
4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----
- À consideração Superior -----
- Chaves, 23 de Julho de 2008 -----
- O Técnico Superior -----
- (Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

Anexo: -----

- Extracto da planta de ordenamento n.º 35 A do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----
- Requerimento referido na informação supra; -----
- Declaração da firma "Pirotecnia Pontes & Pontes, Lda."; -----
- Credencial da firma "Pirotecnia Pontes & Pontes, Lda."; -----
- Fotos do local de lançamento do fogo de artifício e áreas envolventes; -----
- Carta de Perigosidade do concelho de Chaves -----
- DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG.º JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 23/07/2008. -**
- Visto. Concorde com o proposto. À consideração do sr. Vereador responsável. -----
- DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS, DE 2008.07.23. -----**
- Visto. À reunião de Câmara para deliberação. -----
- DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. ANTÓNIO SANCHES BORGES. INFORMAÇÃO N.º 63/DASU/GTF/08. -----

- Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----
- Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 11409/08, datado de 17-07-2008, em nome do Sr. António Sanches Borges, contribuinte n.º 176176683, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no lugar da Sra. das Almas, povoação de Vilarelho da Raia, freguesia de Vilarelho da Raia, deste concelho. -----
- O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----
- Dia 23/08/2008 -----
- 08:00 - 08:30 h -----
- 10:00 - 11:30 h -----
- 17:00 - 18:00 h -----
- 22:00 - 23:00 h -----
- Dia 24/08/2008 -----
- 00:30 - 02:00 h -----
- 18:00 - 19:00 h -----
- 22:00 - 23:00 h -----
- Legislação em vigor -----**

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2008, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 556/2008 de 30 de Junho). -----

Parecer -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3 - espaços agroflorestais, sub-categoria 4.3.A -Espaços agro-florestais comuns (ver anexo); ---

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim, com a credenciais n.ºs 109, 111, 114, 117, 132, 135, 969, 4085, 4356 e 4149 conforme declara a firma "Macedos Pirotecnia, Lda." (Declaração e credencial anexo ao presente requerimento); -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício, terrenos adjacentes à estrada de Vilarinho, apresenta Muito Baixa a Média perigosidade (planta em anexo). -----

4. Na zona envolvente a perigosidade é Baixa a Muito Baixa perigosidade (planta em anexo). -----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto anteriormente sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; --

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----

4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 23 de Julho de 2008 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

Anexo: -----

■ Extracto da planta de ordenamento n.º 21 B do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

- Requerimento referido na informação supra; -----
- Declaração da firma "Macedos Pirotecnia"; -----
- Credencial da firma "Macedos Pirotecnia"; -----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 24/07/2008. -

Visto. Concorde com o proposto. À consideração do sr. Vereador responsável. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS, DE 2008.07.24. -----

Visto. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. JOSÉ CÂNDIDO DE MOURA RODRIGUES. INFORMAÇÃO N.º 64/DASU/GTF/08. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 10866/08, datado de 11-07-2008, em nome do Sr. José Cândido de Moura Rodrigues, contribuinte n.º 1131199722, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no lugar das Pardelhas, povoação de Maços/Carvela, freguesia de Nogueira da montanha, deste concelho. --

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 23/08/2008 -----

■ 08:00 - 08:05 h -----

■ 12:00 - 13:00 h -----

■ 16:00 - 16:05 h -----

■ 23:30 - 00:00 h -----

Legislação em vigor -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29 º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2008, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 556/2008 de 30 de Junho). -----

Parecer -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3 - espaços agro-florestais, sub-categoria 4.3.A - Espaços agro-florestais comuns (ver anexo); --

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim, com a credenciais n.º 4953 conforme declara a firma "Tralhariz" (Declaração e credencial anexo ao presente requerimento); -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício apresenta Baixa a Média perigosidade (planta em anexo). -----

4. Na zona envolvente a perigosidade é Baixa a Média perigosidade (planta em anexo). -----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto anteriormente sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; --

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres); -----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----

4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 24 de Julho de 2008 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

Anexo: -----

■ Extracto da planta de ordenamento n.º 47 B do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Tralhariz"; -----

■ Credencial da firma "Tralhariz"; -----

■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 24/07/2008

Visto. Concorde com o proposto. À consideração do sr. Vereador responsável. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS, DE 2008.07.24. -----

Visto. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DESPACHO DO SR. VICE-PRESIDENTE, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, DE 2008.07.28 -----

Autorizo nos termos propostos. À reunião de Câmara para ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pelo Vice-Presidente da Câmara, Arq. António Cabeleira, de 28.07.08. -----

XV

ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA

(Art.º83, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro
e ulteriores alterações)

1. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. ALBINO LAGE DIAS. INFORMAÇÃO N.º 75/DASU/GTF/2008. -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 12181/08, datado de 01-08-2008, em nome do Sr. Albino Lage Dias, contribuinte n.º 138396515, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no lugar Santuário do São Caetano, povoação do Couto, freguesia de Ervededo, deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----
Dia 10/08/2008 -----

■ 06:50 - 07:00 h -----
■ 13:00 - 14:30 h -----
■ 15:30 - 15:40 h -----

Legislação em vigor -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2008, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 556/2008 de 30 de Junho). -----

Parecer -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 5 - espaços Culturais e Naturais, na categoria 5.2 - espaços de usos diversificados (ver anexo); -----

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim, com a credenciais n.ºs 1028 conforme declara a firma "Pontes & Pontes, Lda." (Declaração e credencial anexo ao presente requerimento); -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício, apresenta Baixa perigosidade; -----

4. Na zona envolvente a perigosidade é Baixa a Moderada perigosidade (planta em anexo); -----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto anteriormente sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício,

conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; --
2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----
3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----
4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 5 de Agosto de 2008 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

Anexo: -----

■ Extracto da planta de ordenamento n.º 21 B do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Pontes 6 Pontes, Lda."; -----

■ Credencial da firma "Pontes 6 Pontes, Lda."; -----

■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.05. -----

A Reunião de Câmara, ao abrigo do art. 83, face à urgência da decisão. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. BRUNO MARTINS PIRES. INFORMAÇÃO N.º 76/DASU/GTF/2008. -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 12281/08, datado de 01-08-2008, em nome do Sr. Bruno Martins Pires, contribuinte n.º 260829005, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no largo Senhora da Penha, povoação de Paradela, freguesia de Paradela de Monforte, deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 10/08/2008 -----

■ 10:00 - 10:10 h -----

■ 11:00 - 11:10 h -----

■ 14:00 - 14:15 h -----

■ 16:00 - 16:10 h -----

■ 17:00 - 17:10 h -----
 ■ 21:00 - 21:10 h -----
 ■ 23:50 - 00:00 h -----

Legislação em vigor -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, os quais se enumeram: -----

- 1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----
- 2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----
- 3 - O período crítico, no ano de 2008, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 556/2008 de 30 de Junho). -----

Parecer -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3 - espaços agro-florestais e subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns; -----
2. O fogo de artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pontes & Pontes, Lda. (Declaração em anexo). -----
3. A zona de lançamento do fogo de artifício encontra-se isenta de vegetação apresentando baixa perigosidade; -----
4. A zona envolvente, direcção Nordeste a Sudeste caracteriza-se por áreas agrícolas devidamente agricultadas (Vinhas, áreas de cereais e um terreno de pousio) apresentando baixa a muito baixa perigosidade. De Sudeste a Nordeste depara-se com o Santuário o qual, actualmente, se encontra com baixa carga combustível, conferindo-lhe baixa perigosidade. -----
5. A área florestal mais próxima, a Norte da zona de lançamento, dista aproximadamente 50 metros apresentando algum sub coberto de média dimensão; -----
6. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto anteriormente sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; --
2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----
3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----
4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----
 Chaves, 5 de Agosto de 2008 -----
 O Técnico Superior -----
 (Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

Anexo: -----

■ Extracto da planta de ordenamento n.º 21 B do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Pontes 6 Pontes, Lda."; -----

■ Credencial da firma "Pontes 6 Pontes, Lda."; -----

■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. REQUERIMENTO EM NOME DA SRA. LÚCIA MARIA RODRIGUES. INFORMAÇÃO N.º 77/DASU/GTF/2008. -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 10985/08, datado de 10-07-2008, em nome da Sra. Lúcia Maria Rodrigues, contribuinte n.º 2121173976, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no santuário da Sra. da Aparecida, povoação de Calvão, freguesia de Calvão, deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 15/08/2008 -----

■ 09:00 - 09:15 h -----

■ 16:00 - 16:15 h -----

■ 00:30 - 01:00 h -----

Dia 16/08/2008 -----

■ 22:00 - 22:30 h -----

■ 00:30 - 01:00 h -----

Dia 17/08/2008 -----

■ 18:00 - 18:15 h -----

■ 22:00 - 22:30 h -----

Legislação em vigor -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29 º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos,

que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2008, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 556/2008 de 30 de Junho). -----

Parecer -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se: -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 5 - espaços Culturais e Naturais, na categoria 5.2 - espaços de uso diversificados, conforme planta apresentada pelo requerente; -----

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim, com a credencial n.º 2093 conforme declara a firma "Pirotecnia Amando Vieira, Lda." (Declaração ao presente requerimento); -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício, apresenta vegetação herbácea e apresenta Baixa perigosidade (planta em anexo); -----

4. Na zona envolvente a perigosidade é Baixa a Média. A cerca de 60 metros a perigosidade é elevada, planta em anexo. -----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto anteriormente sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; --

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----

4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 5 de Agosto de 2008 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

Anexo: -----

■ Extracto da planta de ordenamento n.º 21 B do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Pirotecnia Amândio Vieira, Lda."; -----

■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. REQUERIMENTO EM NOME DO REINALDO CARNEIRO PIRES. INFORMAÇÃO N.º 78/DASU/GTF/2008. -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 11497/08, datado de 18-07-2008, em nome do Sr. Reinaldo Carneiro Pires, contribuinte n.º 187714010, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no santuário de S. Tiago, povoação de Mairós, freguesia de Mairós, deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 17/08/2008 -----

■ 10:00 - 10:10 h -----

■ 12:00 - 13:00 h -----

■ 00:00 - 00:30 h -----

Dia 18/08/2008 -----

■ 00:00 - 00:30 h -----

Legislação em vigor -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2008, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 556/2008 de 30 de Junho). -----

Parecer -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se: -----

1. O local de lançamento do fogo, para o dia 17, insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3 - espaços agro-florestais e subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns. O local de lançamento do fogo, para o dia 18, insere-se na Classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.3 - outros Aglomerados., conforme planta anexa; -----

2. O fogo de artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pontes & Pontes, Lda." (Declaração em anexo). -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício encontra-se isenta de vegetação apresentando baixa perigosidade; -----

4. A zona envolvente caracteriza-se por lameiros e alguns núcleos de vegetação arbustiva de porte e densidade elevada, conferindo a estas zonas elevada a muito elevada perigosidade; -----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; --

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----

4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 5 de Agosto de 2008 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

Anexo: -----

■ Extracto da planta de ordenamento n.º 22 A do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Pirotecnia Pontes & Pontes, Lda."; -----

■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. MANUEL JORGE PIRES. INFORMAÇÃO N.º 79/DASU/GTF/2008. -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 11652/08, datado de 22-07-2008, em nome do Sr. Manuel Jorge Pires, contribuinte n.º 108525147, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no santuário da Sra. da Aparecida, povoação de Sanjurge, freguesia de Sanjurge, deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 15/08/2008 -----

■ 08:00 - 08:10 h -----
 ■ 10:00 - 11:00 h -----
 ■ 16:00 - 16:10 h -----
 ■ 22:00 - 03:00 h do dia seguinte -----

Legislação em vigor -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, os quais se enumeram: -----

- 1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----
- 2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----
- 3 - O período crítico, no ano de 2008, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 556/2008 de 30 de Junho). -----

Parecer -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se: -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3 - espaços agro-florestais e subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns, conforme planta anexa; -----
2. O fogo de artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pontes & Pontes, Lda." (Declaração em anexo). -----
3. A zona de lançamento do fogo de artifício encontra-se isenta de vegetação apresentando baixa perigosidade; -----
4. A zona envolvente caracteriza-se por lameiros e alguns núcleos de vegetação arbustiva de porte e densidade elevada, conferindo a estas zonas elevada a muito elevada perigosidade. No entanto esta área em caso de incêndio tem como atenuante o facto de ser limitado pela A 24; -----
5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; --
2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----
3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----
4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 5 de Agosto de 2008 -----

O Técnico Superior -----
(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

Anexo: -----

■ Extracto da planta de ordenamento n.º 34 A do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Pirotecnica Pontes & Pontes, Lda."; -----

■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.08.04. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE MOREIRAS E TORRE. - AUTO DE MEDIÇÃO Nº09/DE/2008. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº09/DE/2008, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Habimarante, Sociedade de Construções, S.A, no valor de 4.068,27 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 06.08.08. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara ao abrigo do art. 83º. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 4.068,27 €, (quatro mil e sessenta e oito euros e vinte e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas e vinte e cinco minutos, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

